



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

ANÁLISE QUALITATIVA DOS IMPACTOS PÓS PANDÊMICOS NAS COMUNIDADES DO MUNICÍPIO DE NITERÓI – RJ

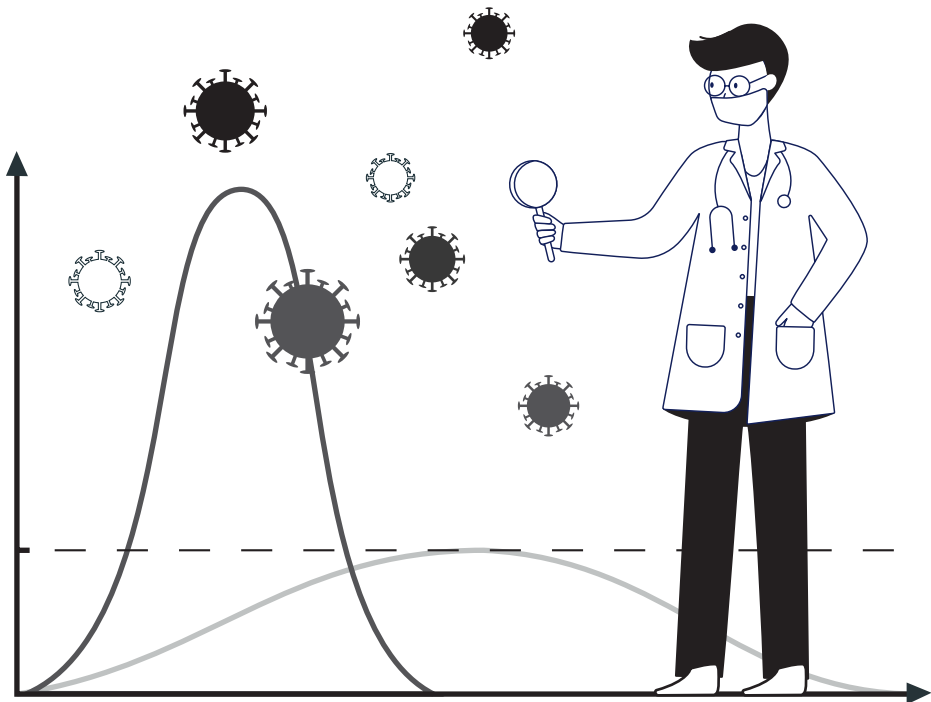






UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

ANÁLISE QUALITATIVA DOS IMPACTOS PÓS PANDÊMICOS NAS COMUNIDADES DO MUNICÍPIO DE NITERÓI - RJ





CATALOGAÇÃO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Análise qualitativa dos impactos pós pandêmicos nas comunidades do município de Niterói - RJ / Luiz Carlos de Souza...[et al.] -- Rio de Janeiro : Solares Ação e Cidadania, 2023.

Outros autores: Bruna Silva do Nascimento, Giovana Acioli Ferreira dos Santos, Guilherme Gomes de Souza, Roberta Matos Gomes.

Bibliografia.

ISBN 978-65-980480-3-7

1. Ciências sociais 2. Comunidade - Aspectos sociais 3. Dados - Análise 4. Pandemia - Aspectos sociais 5. Pesquisa qualitativa 6. Pesquisa social 7. Niterói (RJ) I. Souza, Luiz Carlos de. II. Nascimento, Bruna Silva do. III. Santos, Giovana Acioli Ferreira dos. IV. Souza, Guilherme Gomes de. V. Gomes, Roberta Matos.

23-160464

CDD-300.72

Índices para catálogo sistemático:

1. Pesquisa social : Ciências sociais 300.72

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415





UNIRIO
Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro



SOLARES
CIDADANIA

UNIRIO

Reitor: Ricardo Silva Cardoso

Vice-Reitor: Benedito Fonseca e
Souza Adeodato

**Pró-Reitor de Extensão
e Cultura:** Jorge de Paula Costa
Avila

EQUIPE ACADÊMICA

Corpo docente

PROF. DR LUIZ CARLOS DE
SOUZA- Coordenação geral;

PROFA. BRUNA SILVA DO
NASCIMENTO - Pesquisadora
extensionista;

Corpo Discente

GIOVANA ACIOLI FERREIRA DOS
SANTOS - aluna de graduação;

GUILHERME GOMES DE SOUZA -
aluno de graduação;

ROBERTA MATOS GOMES- aluna
de graduação.



PREFÁCIO

A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) tem a grata satisfação de prefaciar este livro que é uma versão condensada da produção elaborada ao longo do caminhar das pesquisas realizadas pela UNIRIO junto ao projeto intitulado: Análise Qualitativa dos Impactos Pós Pandêmicos nas Comunidades do Município de Niterói desenvolvido sob a coordenação do professor Dr. Luiz Carlos de Souza, docente do departamento de Fundamentos da Educação (DFE/UNIRIO), com a colaboração de sua equipe e em parceria com a entidade da sociedade civil, Solares Ação Social e Cidadania, com o propósito de realizar um levantamento dos impactos e desdobramentos pós-pandêmicos em duas comunidades da cidade de Niterói no Estado do Rio de Janeiro, a saber: Coronel Leôncio e Souza Soares. Ao longo da obra o leitor terá a oportunidade de encontrar uma seleção dos melhores produtos da pesquisa realizada, nos quais a equipe acadêmica buscou evidenciar os aspectos que permearam a vida dos moradores dessas duas comunidades no período pós pandêmico. As temáticas transversais que contextualizaram a pesquisa compreendem um olhar sociocultural acerca das localidades e de seus moradores.

Os quatro capítulos discorrem, a partir dos questionários aplicados, aos 616 respondentes, sobre questões relacionadas ao trabalho, à educação, à moradia, ao transporte e à saúde dos indivíduos e de suas famílias, durante o período pós pandêmico. Esses estudos promovem um resgate não somente descritivo, mas fundamentalmente analítico e reflexivo, a respeito da crise sanitária e social, instaurada em decorrência da COVID-19, que teve seu fim divulgado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) somente no dia 05 de maio de 2023, ou seja, mais de três anos depois de seu surgimento em Wuhan na China. Escritos em linguagem direta e objetiva, preocuparam-se os autores em promover uma reflexão sobre os impactos observados, sem esquecer de articulá-los com questões atinentes à pauta do pós COVID-19. Parabéns aos autores pelo importante trabalho.

Boa leitura!

Ricardo Silva Cardoso

Reitor

Benedito Adeodato

Vice-Reitor

SUMÁRIO

Capítulo 1 - Relatório Parcial - Análise qualitativa dos impactos pós pandêmicos nas comunidades do município de Niterói-RJ

Luiz Carlos de Souza, Bruna Silva do Nascimento, Giovana Acioli Ferreira dos Santos, Guilherme Gomes de Souza e Roberta Matos Gomes. **15**

Capítulo 2 - A Atuação da Administração Pública no Contexto Pandêmico

Luiz Carlos de Souza, Bruna Silva do Nascimento, Giovana Acioli Ferreira dos Santos, Guilherme Gomes de Souza e Roberta Matos Gomes. **45**

Capítulo 3 - Impactos da Pandemia sobre a Garantia de Direitos Fundamentais: Uma análise a partir das percepções da população em duas comunidades de Niterói/RJ

Luiz Carlos de Souza, Bruna Silva do Nascimento, Giovana Acioli Ferreira dos Santos, Guilherme Gomes de Souza e Roberta Matos Gomes. **56**

Capítulo 4 - Os impactos pós pandêmicos nas comunidades de Coronel Leôncio e Souza Soares (Niterói-RJ)

Luiz Carlos de Souza, Bruna Silva do Nascimento, Giovana Acioli Ferreira dos Santos, Guilherme Gomes de Souza e Roberta Matos Gomes. **75**

Apêndice **87**

Sobre os Autores **99**



APRESENTAÇÃO

Este livro é resultado das investigações realizadas através da parceria entre a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e a organização da sociedade civil Solares Ação Social e Cidadania, junto aos moradores de duas comunidades do município de Niterói, no intuito de avaliar suas percepções sobre os impactos da pandemia de COVID-19 em suas vidas.

O objetivo maior da pesquisa desenvolvida foi o de engrossar as fileiras da coleta de informações que possam auxiliar na tomada de decisões pelo poder público e pela própria sociedade civil organizada que venham a enfrentar os impactos nocivos da pandemia de COVID-19 sobre uma população que já sofria e ainda sofre com desigualdades de acesso a direitos básicos de cidadania, desde antes do contexto pandêmico, estes garantidos internacionalmente como Direitos Humanos pela Organização das Nações Unidas (ONU), bem como pela Constituição Federal de 1988 e tantos outros dispositivos infraconstitucionais atualmente em voga em nosso país.

Cabe reconhecer que os dados colhidos, não trazem grandes novidades, pois apontamentos sobre as desigualdades sociais existentes no Brasil que vem sendo explicitadas há décadas, tanto por estudos acadêmico-científicos quanto por organizações da sociedade civil e pelo próprio poder público. Porém, nossos dados corroboram as muitas informações já existentes, que demonstram a necessidade de maior respeito aos direitos básicos de cidadania e de ações efetivas que garantam maior equidade no acesso a direitos fundamentais de cidadania aqui tratados, como saúde, educação, assistência social, saneamento básico, trabalho e renda, lazer e cultura, tecnologia, segurança pública, entre outros.

Tendo em vista os objetivos já mencionados, esta obra está organizada em quatro capítulos. No primeiro capítulo, o leitor terá a oportunidade de verificar a análise estatístico-descritiva dos dados gerais da pesquisa, a qual foi realizada através da aplicação presencial de um questionário estruturado, que foi respondido por mais de seiscentos moradores das comunidades de Sousa Soares e Coronel Leôncio, no município de Niterói-RJ, versando sobre temas ligados aos direitos de cidadania anteriormente mencionados. A estrutura completa do questionário poderá ser vista no ANEXO I deste livro. O Segundo capítulo trata da atuação da administração pública no enfrentamento das consequências da pandemia e analisa algumas das

ações realizadas no sentido de garantir os direitos relativos à saúde, ao emprego e outros direitos básicos de cidadania, tecendo entrecruzamentos com os resultados da pesquisa.

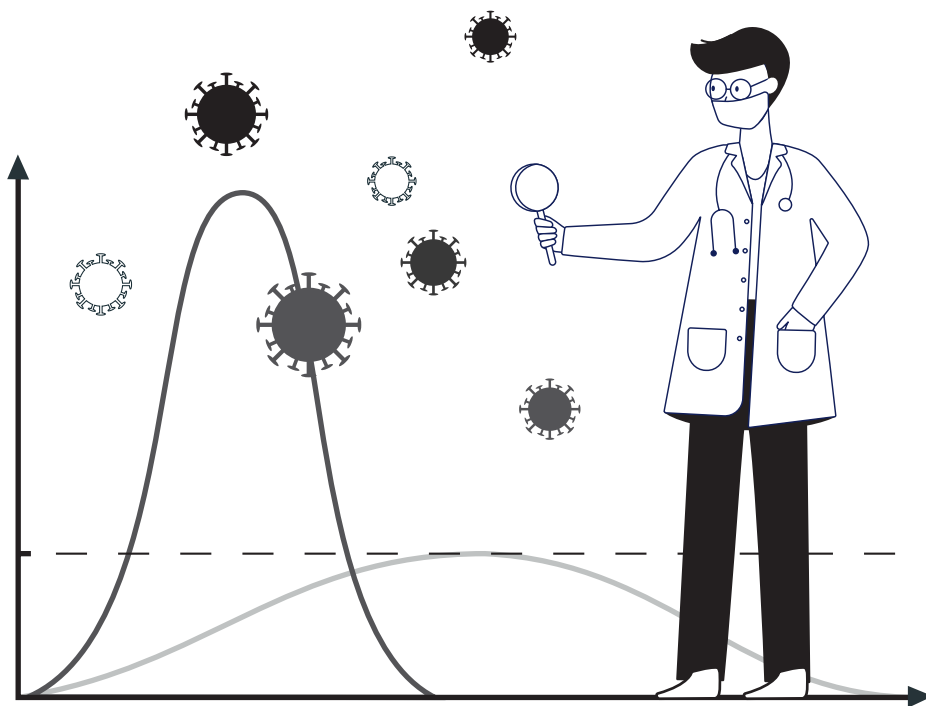
No capítulo 3, o leitor poderá ter acesso a uma breve discussão sobre aspectos conflitantes entre direitos legalmente estabelecidos pela legislação brasileira e a realidade refletida pelas percepções dos respondentes à pesquisa em relação a direitos básicos de cidadania como acesso a serviços de saneamento básico (água encanada, esgoto e coleta de lixo), energia elétrica, transporte, lazer, saúde, segurança pública, entre outros.

Por fim, no capítulo 4, faz-se uma discussão que traz elementos sobre desigualdades de gênero agravadas pelo contexto pandêmico, bem como impactos sobre a educação e a percepção dos respondentes acerca das causas da proliferação da doença e sobre os mecanismos de contenção da mesma.

Esperamos que aqueles que tenham acesso aos resultados desta pesquisa possam utilizar os dados e reflexões apresentadas para compreender e atuar de forma mais efetiva sobre o tema das desigualdades sociais e a minimização dos efeitos danosos provocados por esta pandemia, a qual evidenciou e reforçou em muitos aspectos as disparidades já existentes em nosso contexto social.

CAPITULO 1

Relatório Parcial - Análise qualitativa dos impactos pós-pandêmicos nas comunidades do município de Niterói-RJ



*Luiz Carlos de Souza*¹

*Bruna Silva do Nascimento*²

*Giovana Acioli Ferreira dos Santos*³

*Cuilherme Gomes de Souza*⁴

*Roberta Matos Comes*⁵



INTRODUÇÃO

A pandemia da COVID-19 surge no cenário mundial em 31 de dezembro de 2019, inicialmente, foi notificada à Organização Mundial da Saúde (OMS) como surto de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei na República Popular da China. Pouco mais de uma semana depois, os chineses informam ter identificado um novo vírus da classe de coronavírus. Cumpre ressaltar que esse tipo de vírus é bastante comum, mas que raramente, causavam doenças em seres humanos para além de resfriados comuns.

Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declara que o surto de COVID-19 se constitui em uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Essa decisão buscou aprimorar a coordenação, a cooperação e a solidariedade global para interromper a propagação do vírus [...] estabelecendo acordos de cooperação, coordenação e ampliando a solidariedade global visando interromper a propagação do vírus. De acordo com o disposto no site da OMS.

A ESPII é considerada, nos termos do Regulamento Sanitário Internacional (RSI), “um evento extraordinário que pode constituir um risco de saúde pública para outros países devido a disseminação internacional de doenças; e potencialmente requer uma resposta internacional coordenada e imediata”⁶.

Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi definida como pandemia. Esse termo se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade. No caso específico, que serviu de moldura para a presente análise, a pandemia da COVID-19 estava, oficialmente, disseminada pelo globo terrestre sem controle, sem cura e com o número de casos e óbitos aumentando exponencialmente a cada dia. (OMS, 2023).

1 Professor do Depto de Fundamentos da Educação da UNIRIO.

2 Professora da Escola de Biblioteconomia da UNIRIO.

3 Graduanda em Administração Pública pela UNIRIO.

4 Graduando em Administração Pública pela UNIRIO.

5 Graduanda em Administração Pública pela UNIRIO.

6 Informação disponível em: < <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>>. Acesso em: 02 maio 2023.

Importante evidenciar que, durante o mês de março de 2020, a população mundial assistia o avanço da pandemia sobre seu território geográfico sem ter qualquer embasamento científico que orientasse quanto às possíveis formas de efetivo contágio, ou ainda, sobre profilaxia ou mesmo sobre a cura. A comunidade científica mundial corre em busca da criação de imunizante, partindo do sequenciamento do DNA do vírus, mas nem os mais otimistas imaginavam que os primeiros resultados promissores pudessem surgir em oito meses após o início da pandemia.

[...] a vacina da alemã BioNTech, em parceria com a americana Pfizer, é a primeira do mundo a ser aprovada para uso – não por acaso esse projeto foi batizado Lightspeed. Para se ter uma ideia do que isso representa, vamos lembrar o tempo médio necessário para o desenvolvimento de vacinas contra outras doenças infecciosas. A da poliomielite levou 47 anos. A do sarampo, nove. E a da meningite, 94⁷.

Essa “rapidez” pode ser explicada por uma série de fatores, dentro os quais: o conhecimento prévio da família dos coronavírus (SARS e MERS) e ainda, um investimento massivo de governos, organizações sem fins lucrativos, e laboratórios farmacêuticos⁸.

7 Informação disponível em: < <https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2021/06/historia-por-tras-das-vacinas-contra-covid-19.html>>. Acesso em: 27 abril 2023.

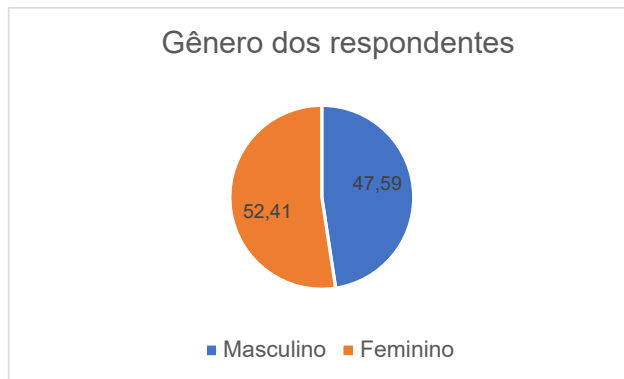
8 Informação disponível em: < <https://www.airfinity.com/>>. Acesso em: 05 maio 2023.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi operacionalizada por meio da aplicação de questionário (Apêndice A) disponibilizado em plataforma digital e com a intermediação de agentes do projeto. A escolha pelo acompanhamento no momento das respostas se deu pelo fato de que o estudo priorizou a fidedignidade e completude das respostas.

Resultados Quantitativos

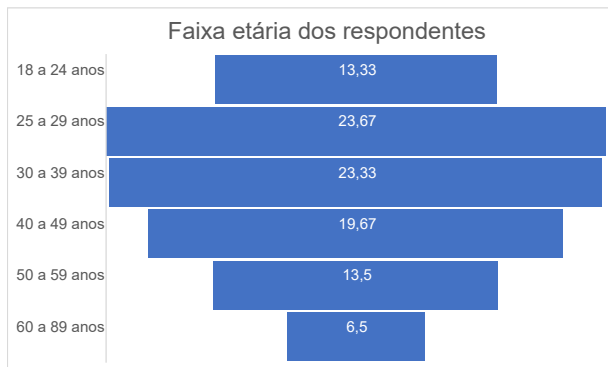
1.1 Gênero



Fonte: dados da pesquisa (2023)

Em relação ao gênero dos respondentes, as opções de resposta foram distribuídas entre: masculino, feminino, transgênero e outros. De um total de 601 respondentes, 48,77% (286) se identificou como gênero masculino e 51,23% (315) como pertencente ao gênero feminino. É importante ressaltar que nenhum dos respondentes se identifica ou como transgênero, ou ainda, com alguma das outras designações apresentadas como opção de resposta.

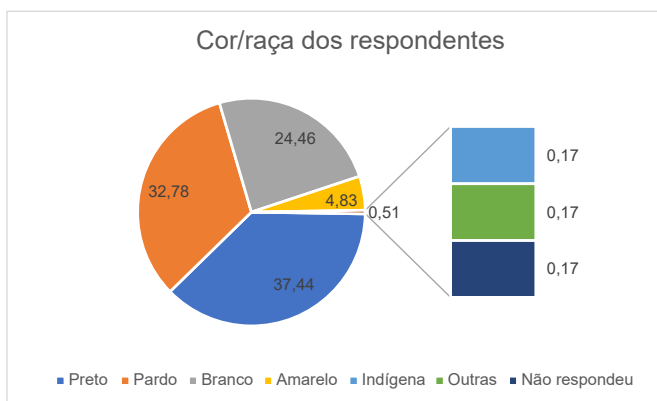
1.2 Faixa etária



Fonte: dados da pesquisa (2023)

O que concerne à faixa etária dos membros das comunidades de Coronel Leôncio e Souza Soares, que participaram da pesquisa, 37% (somando-se os percentuais de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos) se enquadra na definição de população jovem (entre 18 e 29 anos). Contudo, a maioria dos respondentes já se encontra na fase adulta, já que 56,5% encontram-se nas faixas etárias entre 30 e 59 anos de idade. Aqueles considerados idosos, totalizam 6,5%.

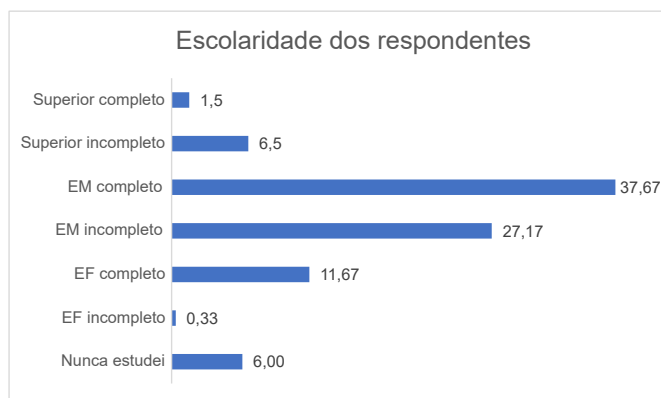
1.3 Você se considera...



Fonte: dados da pesquisa (2023)

Tendo em vista a distribuição dos respondentes por identificação racial, o que se pode depreender é que 70,22% deles se consideram pretos ou pardos e esse percentual corrobora, o que apontam inúmeros estudos acerca do perfil racial das populações predominantemente periféricas no Brasil. Depreende-se, seguindo a categorização adotada pelo IBGE, que a maior parte da população nas duas comunidades é composta por pessoas negras. Por outro lado, 24,46% dos respondentes se autodeclararam brancos e 4,83% se declaram amarelos. Apenas uma pessoa se autodeclarou indígena, enquanto outras duas pessoas, respectivamente, se declararam de outra forma ou não responderam.

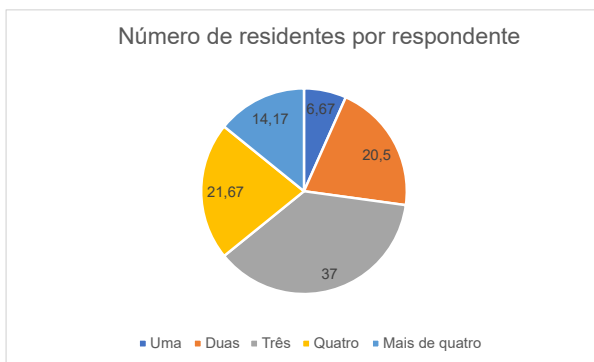
1.4 Escolaridade



Fonte: dados da pesquisa (2023)

Conforme se pode observar no gráfico 1.4, a maioria dos respondentes chegou ao ensino médio, sendo que 37,67% concluíram a educação básica enquanto outros 21,17% têm ensino médio incompleto. Estes, totalizam 64,84% do total de respondentes. A terceira maior frequência é referente àqueles com ensino fundamental completo, enquanto 6,5% possuem ensino superior incompleto.

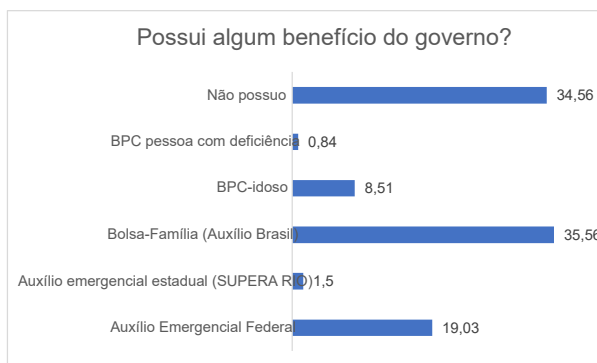
1.5 Quantitativo de pessoas morando em casa



Fonte: dados da pesquisa (2023)

A pesquisa aponta que a maioria dos respondentes reside em domicílios com um número pequeno de pessoas (entre um e três residentes, totalizando 64,17%). Ainda assim, mais de um terço vivem em domicílios com um número mais expressivo de pessoas, sendo que totalizam 21,67% os que vivem em domicílios com 4 residentes e 14,17% os que residem em domicílios com mais de 4 pessoas (totalizando 35,84%).

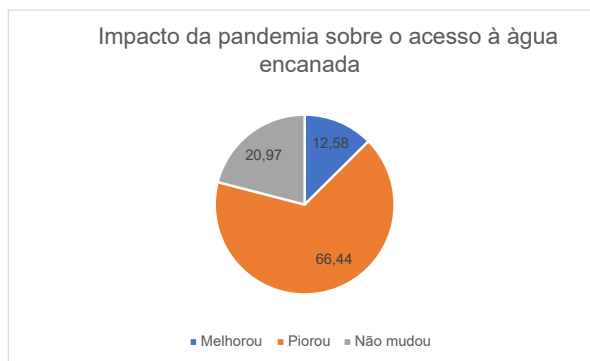
1.6 Possui membro da família que recebe algum desses benefícios



Fonte: dados da pesquisa (2023)

A maioria dos respondentes afirmou que recebe ou possui membro da família beneficiário de algum auxílio governamental, totalizando 65,44%. Dentre estes, a maior frequência refere-se àqueles que recebem o Bolsa Família (auxílio Brasil), seguida pelo Auxílio Emergencial Federal (19,03) e pelo Benefício de Prestação Continuada ao Idoso – BPC Idoso, totalizando 8,51%. O Supera Rio chega a 1,5%, enquanto outros 34,56% representando mais de um terço dos respondentes afirmam não possuir nenhum auxílio dentre os apresentados.

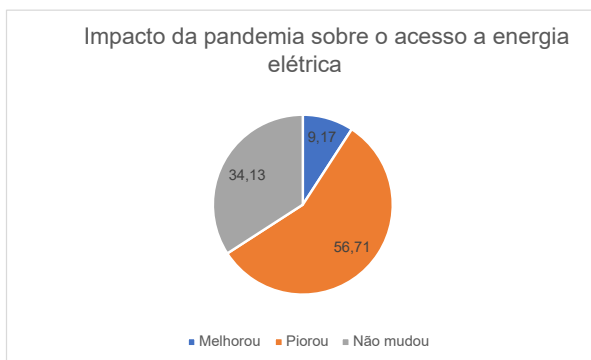
1.7 Com a pandemia, você considera que o seu acesso a água encanada:



Fonte: dados da pesquisa (2023)

Na percepção da grande maioria dos respondentes, o acesso à água encanada piorou durante a pandemia (66,44%), enquanto para 12,58% o mesmo não sofreu alterações. Por outro lado, 20,97% afirmou que obteve melhora no atendimento.

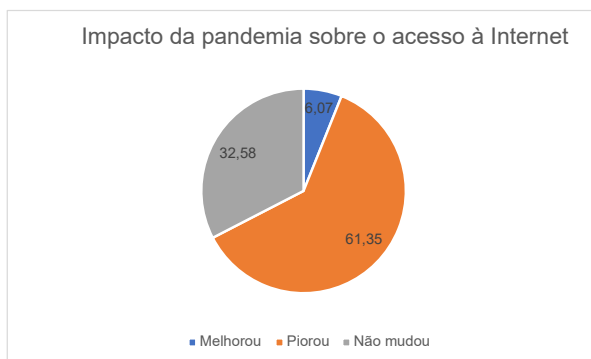
1.8 Com a pandemia, você considera que o seu acesso à energia elétrica:



Fonte: dados da pesquisa (2023)

Na percepção dos respondentes da pesquisa houve uma piora no acesso aos serviços de energia elétrica pública (56,71%), enquanto outros 34,13% afirmaram não ter havido alteração nos serviços. Por outro lado, 9,17% identificaram uma melhora nos serviços.

1.9 Com a pandemia, você considera que o seu acesso à Internet:

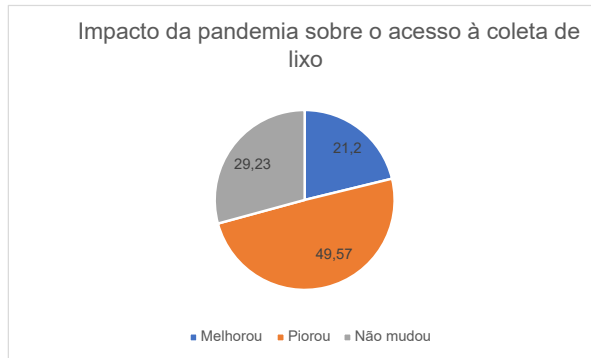


Fonte: dados da pesquisa (2023)

Na questão do acesso à Internet a tendência das percepções se mantém na média em que 61,35% dos entrevistados apontaram uma piora nos serviços, enquanto 32,58% informaram que não houve alteração e apenas 6,07%

perceberam uma melhora.

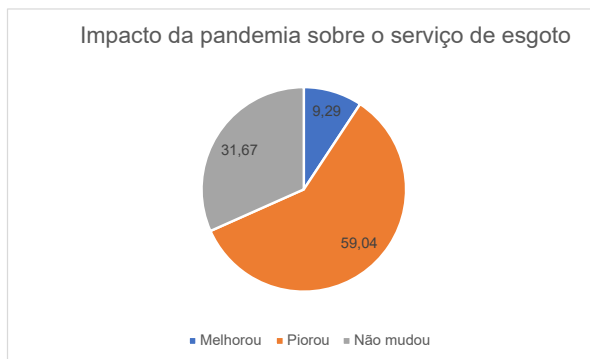
1.10 Com a pandemia, você considera que o serviço de coleta de lixo na sua comunidade:



Fonte: dados da pesquisa (2023)

A coleta de lixo foi um fator que apresentou um padrão sensivelmente diferente dos demais analisados na medida em que as opiniões dos respondentes se mostraram de forma mais equilibrada. Enquanto 49,57% consideraram que o serviço foi piorado com a pandemia, outros 29,23% não perceberam alteração nos serviços e 21,2% tiveram uma percepção de melhora nos mesmos.

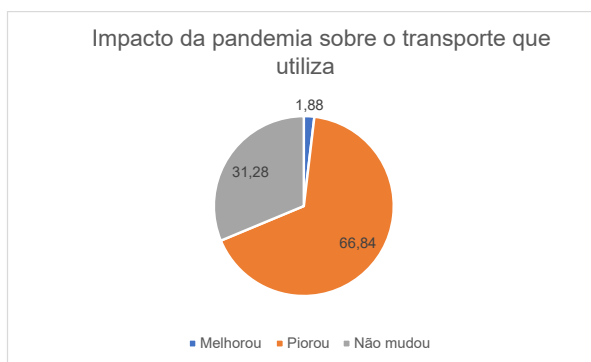
1.11 Com a pandemia, você considera que o serviço de esgoto na sua comunidade:



Fonte: dados da pesquisa (2023)

Ao serem questionados sobre a qualidade do serviço de esgoto na sua comunidade com a pandemia, mais da metade acredita que o serviço piorou, totalizando 59,04% dos entrevistados. Por outro lado, 31,67% dos entrevistados acreditam que a pandemia não tenha afetado o serviço e o mesmo continua igual. Já a minoria, chegando a 9,29%, acreditam que o serviço melhorou.

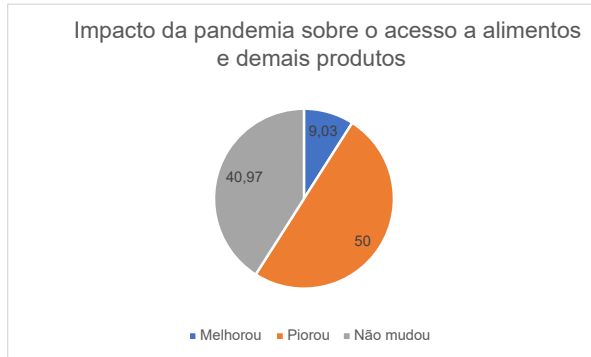
1.12 Com a pandemia, você considera que o transporte que costuma usar:



Fonte: dados da pesquisa (2023)

Ao serem questionados sobre a qualidade de transporte que usam diariamente os resultados são parecidos com a questão do esgoto. Outros 66,84% dos entrevistados acham que o transporte público piorou na pandemia, enquanto 31,28% acreditam que a pandemia não afetou o transporte público e 1,88% dos entrevistados acham que houve melhora nesse serviço.

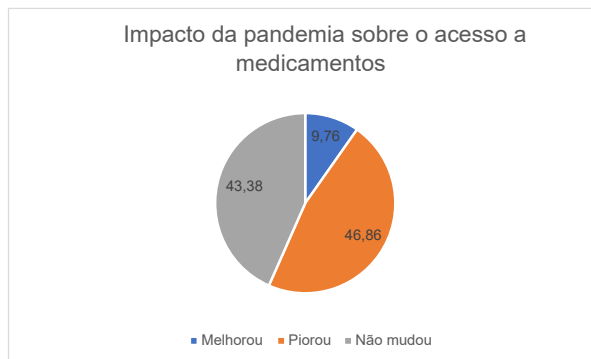
1.13 Com a pandemia, você considera que o seu acesso a alimentos e demais produtos:



Fonte: dados da pesquisa (2023)

Ao serem questionados sobre o acesso à alimentação e demais produtos com a pandemia, 50,0% responderam que esse acesso foi piorado enquanto outros de 40,97% disseram que o acesso continuou o mesmo que antes do contexto pandêmico. Por fim, 9,03% informaram que o acesso foi melhorado.

1.14 Com a pandemia, você considera que o seu acesso a medicamentos:

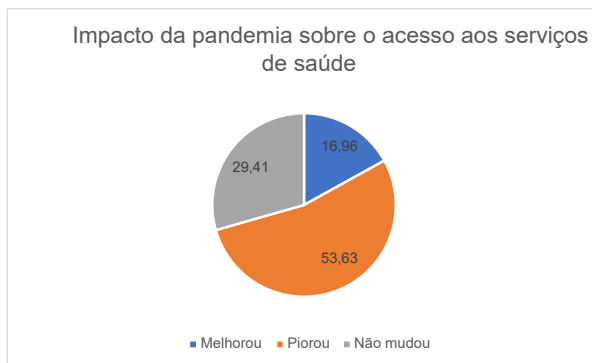


Fonte: dados da pesquisa (2023)

Em se tratando de um acesso essencial à saúde e, sobretudo durante a pandemia, os resultados diferem dos vistos anteriormente. Quanto ao

acesso a medicamentos, 46,86% dos entrevistados consideraram que o mesmo piorou. Outros 43,38% acreditam que não houve alteração no acesso e 9,76% dos entrevistados perceberam uma melhora no acesso.

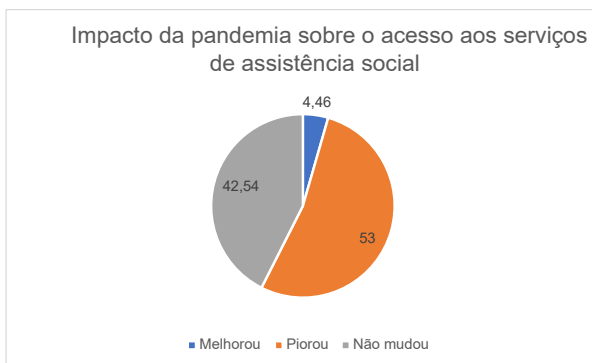
1.15 Com a pandemia, você considera que o seu acesso aos serviços de saúde:



Fonte: dados da pesquisa (2023)

Diante do cenário que vivemos com a pandemia, os serviços de saúde foram essenciais para casos mais graves que necessitam de atendimentos. Quanto ao acesso dos serviços de saúde, a maioria, 53,63%, acreditam que esse serviço piorou, já 29,41% apontam uma inalteração desses serviços, e outros 16,96% têm a percepção de que o serviço melhorou.

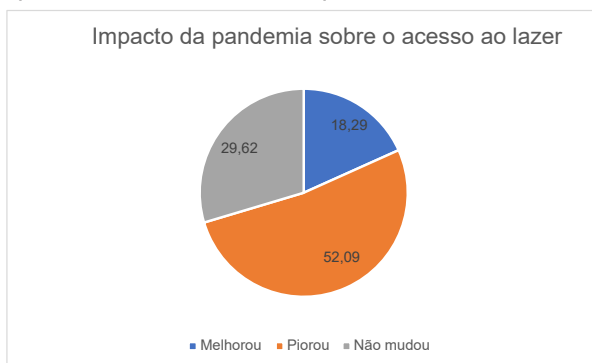
1.16 Com a pandemia, você considera que o seu acesso a serviços de assistência social:



Fonte: dados da pesquisa (2023)

Quanto ao acesso à serviços de assistência social durante a pandemia, mais da metade, outros 53% acreditam que esse serviço piorou, enquanto 42,54% dos entrevistados opinaram no sentido de que não houve mudança nesse serviço e 4,46% perceberam uma melhora no mesmo.

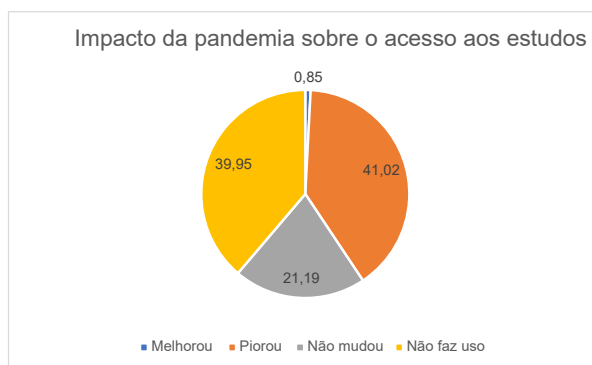
1.17 Com a pandemia, você considera que o seu acesso ao lazer:



Fonte: dados da pesquisa (2023)

Ao se referir ao acesso ao lazer nas comunidades, com a pandemia, pouco mais da metade (52,09%) informaram que este aspecto piorou, já outros 29,62% dos entrevistados informaram que o serviço continuou o mesmo e com um grande índice comparado a outros serviços, 18,29% disseram que o serviço melhorou.

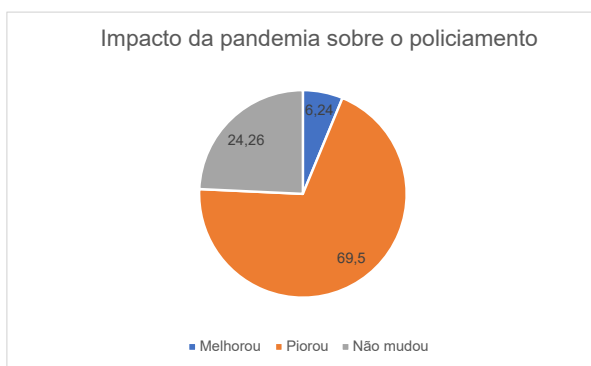
1.18 Com a pandemia, você considera que o seu acesso aos estudos:



Fonte: dados da pesquisa (2023)

Direito do cidadão com ou sem pandemia, o acesso aos estudos piorou para outros 41,02% dos respondentes com o advento do contexto pandêmico. Já 21,19% dos entrevistados informaram que o serviço continuou o mesmo. Quanto à melhora, o percentual não chegou a 1% dos entrevistados, e 39,95% dos respondentes informaram que não fazem uso do serviço.

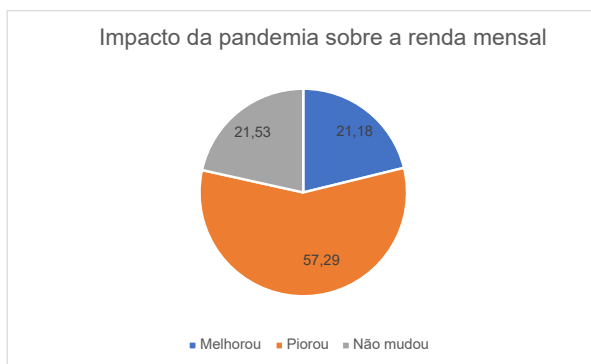
1.19 Com a pandemia, você considera que o policiamento em sua comunidade:



Fonte: dados da pesquisa (2023)

Em relação ao policiamento na pandemia, serviço para garantir a segurança da população, a grande maioria (69,5%) considera que o serviço piorou, enquanto 24,26% disseram que continuou o mesmo e outros 6,24% informaram que este serviço melhorou.

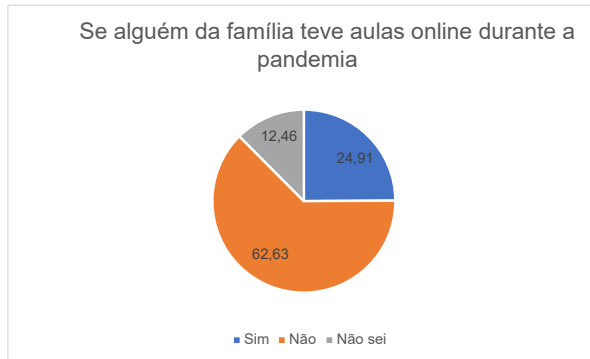
1.20 Com a pandemia, você considera que a sua renda mensal:



Fonte: dados da pesquisa (2023)

Considerando o sustento diário dos entrevistados, com a pandemia, a renda mensal de 57,29% dos entrevistados piorou, enquanto que para 21,53% não houve mudança e para 21,18% esta condição melhorou.

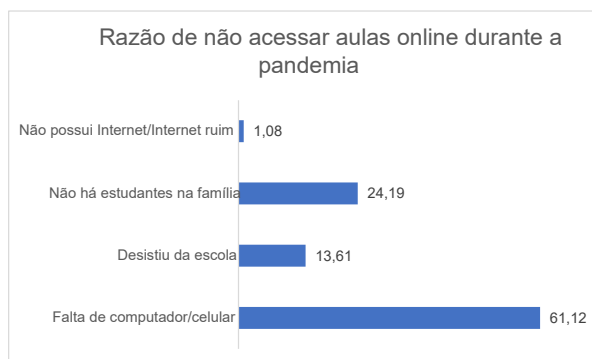
1.21 Alguém da sua família teve aulas online durante a pandemia?



Fonte: dados da pesquisa (2023)

Em relação à pergunta sobre pessoas da própria família com acesso às aulas online durante a pandemia, aproximadamente 62,63% não tiveram aulas, outros 24,91% tiveram aulas e 12,46% não souberam informar.

1.22 Caso não, qual motivo?



Fonte: dados da pesquisa (2023)

Complementando a pergunta anterior, que questiona a razão pela qual alguém da família não esteja tendo aula, houve 61,12% dos entrevistados afirmando que é por falta de computador ou celular. Por outro lado, 13,61% desistiram dos estudos, 24,19% informam que não há estudantes na família e outros 1,08% afirmaram que é por não possuírem Internet ou que a mesma é ruim.

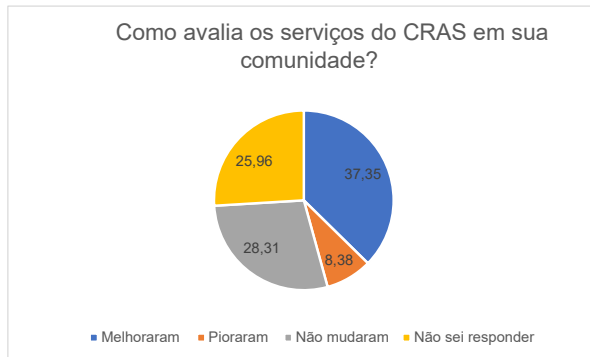
1.23 Você concordou com a retomada das aulas presenciais?



Fonte: dados da pesquisa (2023)

A partir das respostas, percebe-se que 54,36% das pessoas não concordaram com a volta das aulas presenciais durante a época da pandemia, apesar de terem sofrido com grandes dificuldades para continuarem os seus estudos durante esse período. Em contrapartida, 41,2% entendeu que as aulas deveriam voltar no período da pandemia e 4,44% não tiveram uma resposta se as aulas deveriam voltar ou não.

1.24 Como você avalia os serviços do CRAS, Centro de Referência de Assistência Social durante a pandemia? ⁹



Fonte: dados da pesquisa (2023)

Os Centros de Referência de Assistência Social durante a pandemia, para 37,35% dos respondentes, melhoraram o seu serviço de atendimento nas comunidades. Para 28,31% da população, os CRAS não tiveram uma melhora e nem uma piora. 25,96% não soube avaliar o resultado das ações dos CRAS, e, por fim, somente 8,38% entendeu que o atendimento piorou.

1.25 Como você avalia os serviços do CREAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social durante a pandemia?

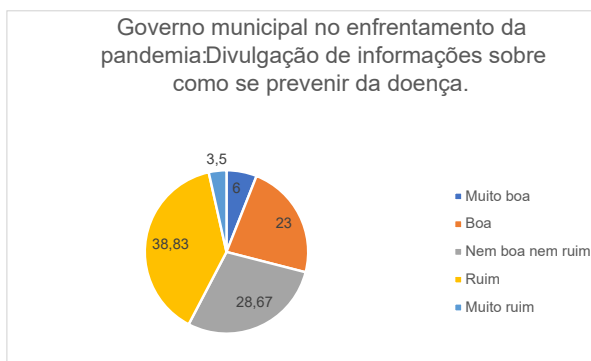


Fonte: dados da pesquisa (2023)

⁹ CRAS e CREAS são, respectivamente, as siglas do Centro de Referência de Assistência Social e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social, os quais oferecem a proteção social básica e proteção social especial às famílias ou indivíduos em situação de risco ou vulnerabilidade social. O CRAS atua de forma preventiva a situações de vulnerabilidade ou de risco social enquanto o CREAS lida com as consequências e acompanha as famílias e indivíduos sob violação de direitos ou que vivem situação de violência.

O desempenho dos Centros de Referência de Assistência Social – os CREAS – não sofreram alterações em seu atendimento à população das comunidades analisadas durante a pandemia segundo 36,24% dos entrevistados, pois, para eles, os serviços não mudaram. Além disso, 29,03% não souberam responder sobre a efetividade dos serviços prestados. Para mais, 22,99% dos moradores perceberam que os CREAS melhoraram durante a pandemia, e apenas 11,74% entendeu que os serviços pioraram.

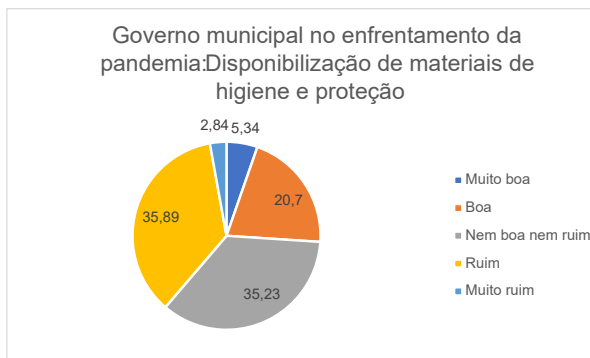
1.26 Como você avalia a atuação do governo municipal no enfrentamento da Pandemia em relação à sua comunidade aos seguintes aspectos: Divulgação de informações sobre como se prevenir da doença?



Fonte: dados da pesquisa (2023)

A divulgação de informações, por parte do governo municipal, sobre as formas de se prevenir da doença, para um total de 38,83% de pessoas, foi feita de forma ruim. 23,0% da população entendeu que houve uma boa divulgação das informações e, para 6,0%, foi muito boa. Uma pequena parcela da população, referente a 3,5%, avaliou como muito ruim a transmissão de informações sobre como se prevenir. Por fim, não houve nem melhora e nem piora para 28,67% dos respondentes.

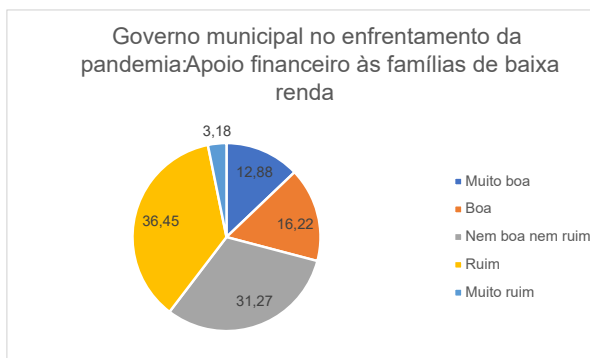
1.27 Como você avalia a atuação do governo municipal no enfrentamento da Pandemia em relação à sua comunidade aos seguintes aspectos: Disponibilização de materiais de higiene e proteção (álcool, máscaras etc.).



Fonte: dados da pesquisa (2023)

Para 35,23% dos moradores das comunidades, a disponibilização dos materiais de higiene e proteção individual não foi boa e nem foi ruim. Porém, para a maioria das pessoas, 35,89% do total, a disponibilidade desses materiais foi ruim e outros 2,84% avaliaram como muito ruim. Apesar de representar uma menor proporção do total, houve uma avaliação boa por parte de 20,7% dos participantes da pesquisa e apenas 5,34% deles a avaliou como muito boa.

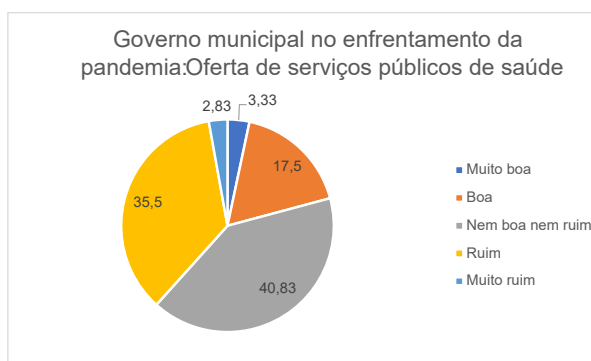
1.28 Como você avalia a atuação do governo municipal no enfrentamento da Pandemia em relação à sua comunidade aos seguintes aspectos: Apoio financeiro às famílias de baixa renda durante a pandemia.



Fonte: dados da pesquisa (2023)

Assim como na disponibilização de materiais de higiene e proteção, o apoio financeiro às famílias de baixa renda durante a pandemia, por parte da maioria da população, também foi avaliado como ruim – totalizando 36,45% das respostas. Para 31,27%, o apoio foi o mesmo desde antes da pandemia, não sendo nem bom e nem ruim. Porém, apesar de grande parte entender que o apoio financeiro feito pelo governo municipal não foi de grande ajuda, 16,22% avaliou como um bom apoio e 12,88% como muito bom. Por fim, apenas 3,18% entendem como tendo um serviço muito ruim.

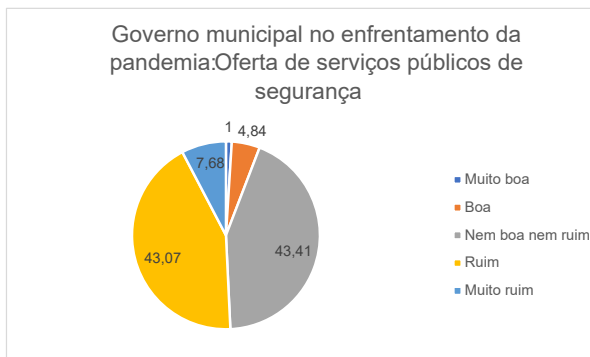
1.29 Como você avalia a atuação do governo municipal no enfrentamento da Pandemia em relação à sua comunidade aos seguintes aspectos: Oferta de serviços públicos de saúde.



Fonte: dados da pesquisa (2023)

A oferta de serviços públicos de saúde recebeu uma avaliação pelos moradores das comunidades, onde 40,83% entendeu que os serviços não foram ruins, mas também não foram bons. Em contrapartida, para 35,5% das pessoas, os serviços públicos de saúde foram ruins e, para 2,83%, a prestação desses serviços foi muito ruim, não ajudando de maneira eficiente as comunidades. Por outro lado, apesar de ser uma menor parcela, 17,5% avaliou como bom os serviços de saúde e apenas 3,33% da população classificou como muito bom o atendimento.

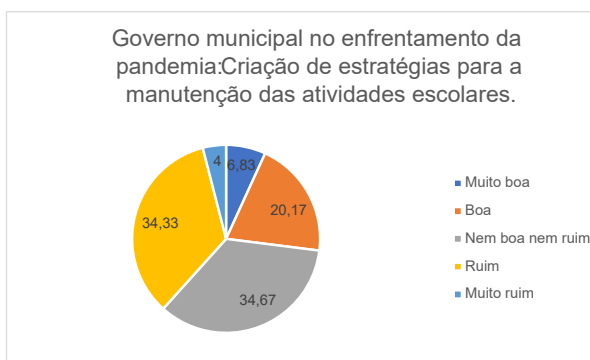
1.30 Como você avalia a atuação do governo municipal no enfrentamento da Pandemia em relação à sua comunidade aos seguintes aspectos: Oferta de serviços de segurança (policiamento).



Fonte: dados da pesquisa (2023)

Houve um equilíbrio na avaliação dos serviços de segurança, onde 43,41% opinou que o serviço não foi bom nem ruim. Já 43,41% classificou o serviço como ruim e uma menor parcela, 7,68% classificou como muito ruim. Por fim, totalizando as menores porcentagens de avaliação, 4,84% classificou os serviços de segurança como bons e 1,0% como muito bons.

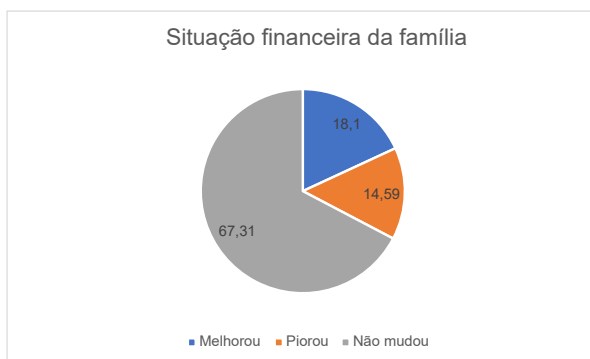
1.31 Como você avalia a atuação do governo municipal no enfrentamento da Pandemia em relação à sua comunidade aos seguintes aspectos: Criação de estratégias para a manutenção das atividades escolares.



Fonte: dados da pesquisa (2023)

A criação de estratégias para a manutenção das atividades escolares foi ruim para 34,33% e muito ruim para 4% da população. Já as avaliações positivas obtiveram 20,17% para boa e 6,83% para muito boa. Por fim, 34,67% das pessoas entenderam que as estratégias não foram boas e nem ruins.

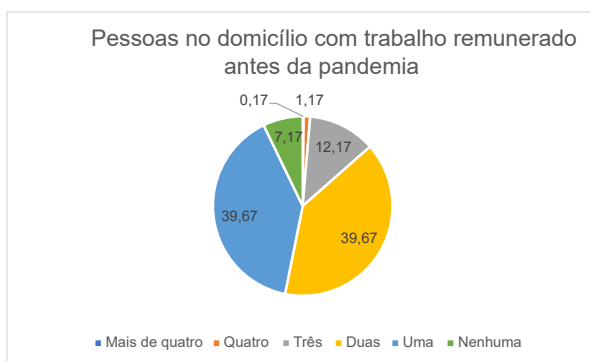
1.32 Você acha que a vida financeira da sua família:



Fonte: dados da pesquisa (2023)

Em relação a vida financeira das famílias, para 67,31% das pessoas, não houve uma mudança significativa na renda da família, ou seja, ficou a mesma de antes da pandemia. Em menores proporções, a vida financeira de 18,1% dos moradores melhorou com a pandemia, e, por fim, a vida financeira de 14,59% da população presente nessas comunidades piorou.

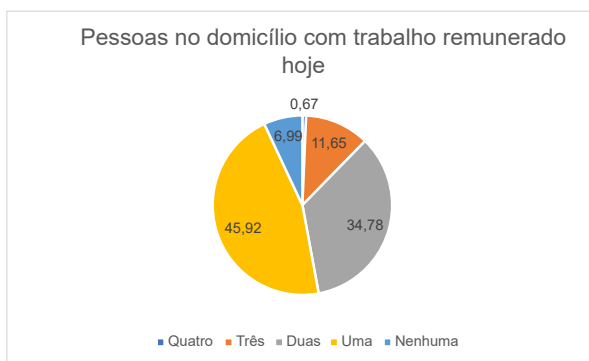
1.33 Quantas pessoas da sua casa estavam com trabalho remunerado ANTES DA PANDEMIA?



Fonte: dados da pesquisa (2023)

De acordo com as respostas apresentadas, 39,67% das famílias apresentavam uma ou duas pessoas com trabalho remunerado antes da pandemia. Além disso, fazendo parte das minorias, 12,17% possuíam três pessoas com trabalho remunerado, 1,17% tinham em sua casa quatro pessoas com trabalho remunerado e apenas 0,17% com mais de quatro pessoas com salário remunerado. Em contrapartida, 7,17% da população que respondeu ao questionário não possuía nenhuma pessoa com trabalho remunerado antes da pandemia.

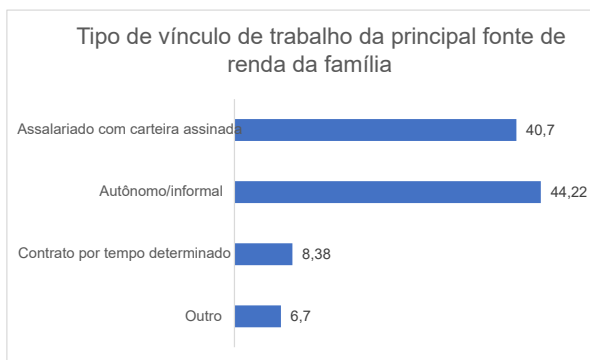
1.34 Quantas pessoas da sua casa estão HOJE com trabalho remunerado?



Fonte: dados da pesquisa (2023)

Com a pesquisa e seus dados apresentados, após a pandemia da COVID-19, apenas uma pessoa da família de cada pessoa entrevistada está trabalhando e recebendo remuneração, sendo 45,92%, em seguida com maior porcentagem, temos duas pessoas trabalhando e recebendo remuneração, com 34,78%. Segundo 11,65% há três pessoas com trabalho remunerado na família enquanto as que apontaram quatro pessoas e nenhuma pessoa representaram, respectivamente, os percentuais de 0,67% e 6,99%.

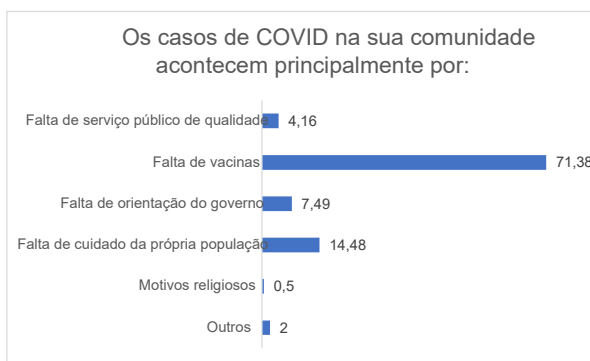
1.35 Atualmente, a principal fonte de renda da sua família vem de que tipo de vínculo de trabalho?



Fonte: dados da pesquisa (2023)

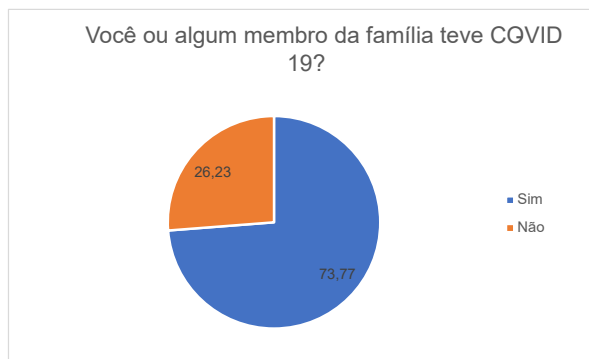
Atualmente, a maior porcentagem dos respondentes afirma ter um vínculo trabalhista autônomo/informal, totalizando 44,22% das respostas. Dessa maneira, apesar de estarem ativos, esses trabalhadores não possuem um amparo com relação aos benefícios que o regime celetista oferece. Por outro lado, os assalariados com carteira assinada representam 40,7%. Os contratos por tempo determinado são a realidade de 8,38% dos respondentes enquanto 6,7% informaram a opção “outro”. Neste último caso, a pesquisa não arguiu sobre quais seriam estes tipos de vínculo.

1.36 Você diria que os casos de COVID na sua comunidade acontecem principalmente por:



A maior parte das justificativas relacionadas aos casos de COVID-19 se encontram na opção da falta de vacina, representando 71,49% das respostas. Ademais, a falta de cuidado da própria população, representando 14,48% ocupa o segundo lugar. Enquanto isso, a falta de orientação do governo foi apontada por 7,49%, a falta de serviço público de saúde de qualidade por 4,16%, os motivos religiosos por 0,5% e outros motivos foram expressados por 2,0% dos respondentes da pesquisa.

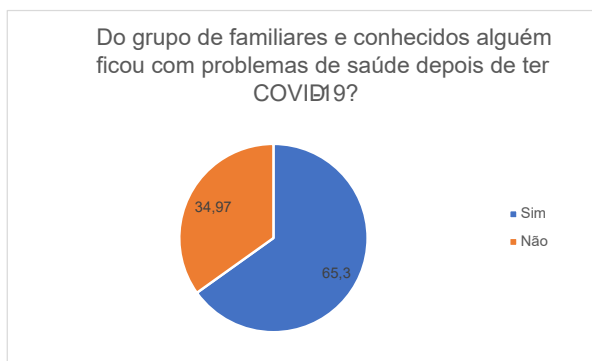
1.37 Você ou algum membro da família teve COVID-19?



Fonte: dados da pesquisa (2023)

Quando questionados sobre a ocorrência de adoecimento por COVID-19 a grande maioria, 73,77% das pessoas entrevistadas responderam que “sim”, enquanto que 26,23% responderam que “não” adoeceram ou tiveram membros da família contaminados pela doença.

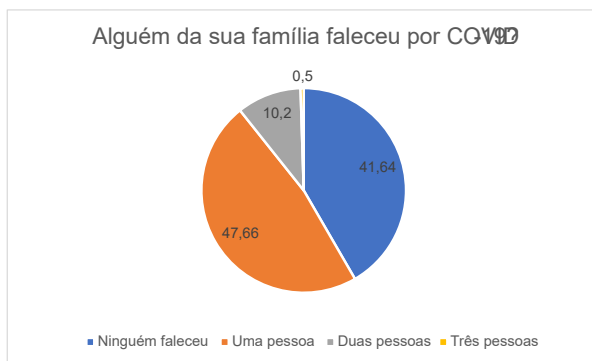
1.38 Do grupo de familiares e conhecidos, alguém ficou com problemas de saúde depois de ter COVID-19?



Fonte: dados da pesquisa (2023)

Ao serem questionados sobre efeitos colaterais posteriores à infecção por COVID-19, a maioria dos respondentes afirmou que familiares ou conhecidos os apresentaram, totalizando 65,3% das respostas. Em contrapartida, outros 34,97% afirmaram não ter conhecimento sobre tais efeitos em familiares ou conhecidos.

1.39 Alguém da sua família faleceu por COVID-19?

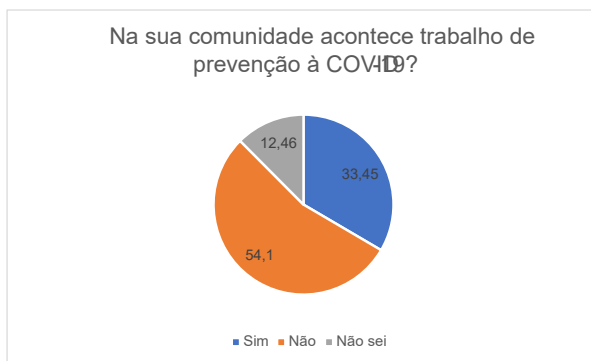


Fonte: dados da pesquisa (2023)

Os dados revelam que a maioria da população investigada sofreu com mortes na família em decorrência da pandemia de COVID-19. Sendo assim,

47,66%, expressou uma morte na família e outros 10,2% tiveram duas mortes, enquanto 0,5% tiveram três mortes. Os respondentes que relataram não terem tido nenhuma morte na família totalizaram 41,64%.

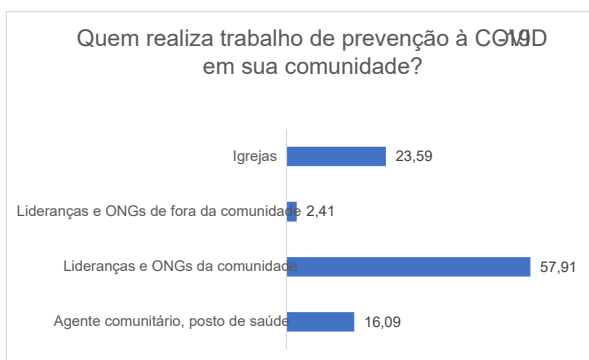
1.40 Na sua comunidade acontecem trabalhos de prevenção à COVID-19?



Fonte: dados da pesquisa (2023)

Questionadas sobre o conhecimento de trabalhos de prevenção à COVID-19 em sua comunidade as pessoas entrevistadas responderam em sua maioria que não aconteceu tal trabalho, totalizando 54,1% das respostas. Por outro lado, outros 33,45 afirmaram que houve ações nesse sentido e outros 12,46% informaram não saber a respeito deste aspecto.

1.41 Caso sim, por quem?

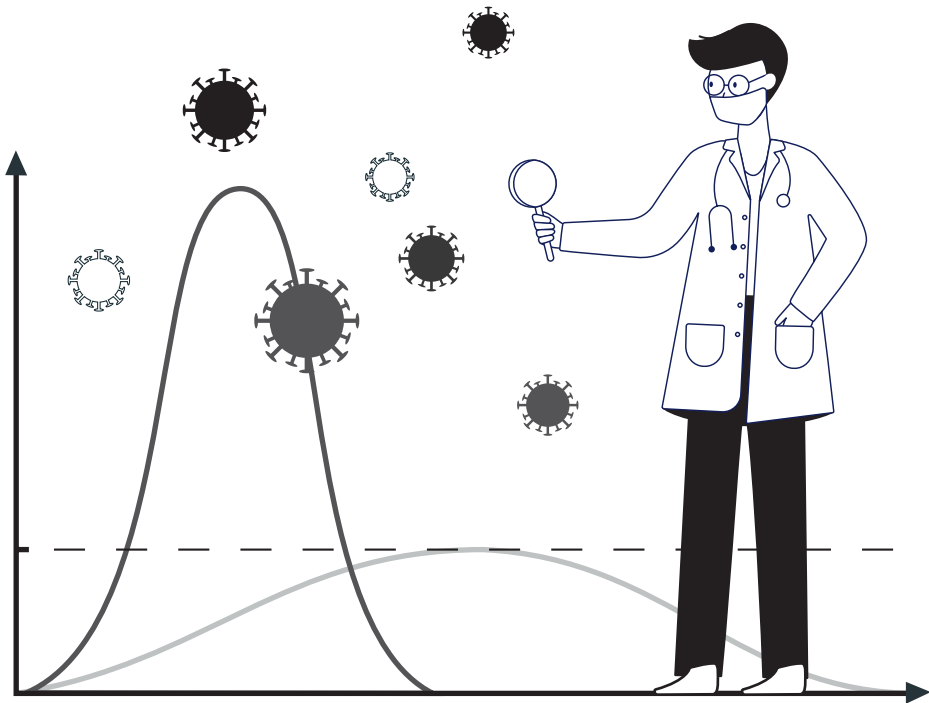


Fonte: dados da pesquisa (2023)

As lideranças e ONGS da comunidade foram, em grande maioria, as que mais contribuíram com a prevenção do COVID-19 nesses locais segundo a percepção dos entrevistados, totalizando 57,91% das respostas. Em seguida, temos as igrejas com 23,59%, os agentes comunitários e postos de saúde com 16,09% e, por fim, lideranças e ONGS de fora da comunidade com 2,41%.

CAPITULO 2

A Atuação da Administração Pública no Contexto Pandêmico



*Luiz Carlos de Souza*¹⁰

*Bruna Silva do Nascimento*¹¹

*Giovana Acioli Ferreira dos Santos*¹²

*Guilherme Gomes de Souza*¹³

*Roberta Matos Gomes*¹⁴



INTRODUÇÃO

Em um mundo em constante evolução e repleto de desafios, a administração pública emerge com o propósito de trabalhar em prol do interesse público e dos direitos e interesses dos cidadãos sob sua gestão. Embora frequentemente se busque a redução da burocracia, a administração pública enfrenta desafios ao longo do tempo. A pandemia do coronavírus evidenciou de forma contundente todas as problemáticas e obstáculos que o setor público enfrentou. Este artigo tem como objetivo destacar a atuação da administração pública no enfrentamento da COVID-19 em aspectos que foram atingidos de maneira severa e que ainda sofrem as consequências das escolhas feitas durante esse período, como a área da saúde e nas questões sociais e monetárias, ressaltando tanto os desafios superados quanto as barreiras que interferiram em sua atuação. Além, disso, busca evidenciar as ações tomadas no intuito de prover as melhores decisões possíveis para a gestão pública do país durante o período da pandemia.

10 Professor do Depto de Fundamentos da Educação da UNIRIO.

11 Professora da Escola de Biblioteconomia da UNIRIO.

12 Graduanda em Administração Pública pela UNIRIO.

13 Graduando em Administração Pública pela UNIRIO.

14 Graduanda em Administração Pública pela UNIRIO.

Atuação da administração pública na área da saúde

Em face de um cenário totalmente novo e desafiador em escala global, a atuação da administração pública assumiu um papel de extrema importância na garantia dos direitos fundamentais previstos constitucionalmente. A crise sanitária desencadeada pela pandemia expôs a fragilidade do acesso à saúde e a escassez de recursos, agravando ainda mais a carência por hospitais e infraestrutura médica. Nesse contexto, a atuação da administração pública se mostrou crucial para enfrentar os estigmas e desafios emergentes decorrentes da pandemia.

Os holofotes eram apontados para a saúde, onde se assentou o foco de toda a pandemia, sendo o mais importante durante toda a crise. O direito à saúde é, sem dúvida, uma das garantias mais fundamentais e relevantes no ordenamento jurídico brasileiro, conforme preconizado pelo Art. 6º da Constituição Federal de 1988 “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” Reconhecido como um direito social, ele assegura o acesso universal e igualitário aos serviços de saúde, tanto curativos quanto preventivos. Em qualquer país do mundo, o sistema de saúde desempenha um papel essencial na promoção do bem-estar e na proteção da vida de seus cidadãos. A saúde é um direito intrinsecamente ligado à dignidade humana e sua garantia é fundamental para a construção de uma sociedade justa e equitativa.

Visando garantir o bem-estar da população e diante da urgência em lidar com a emergência de saúde pública provocada pelo vírus, foi promulgada a Lei 13.979⁹, que estabeleceu as primeiras medidas de isolamento social e demais ações para conter a disseminação do vírus. Essa legislação representou um marco no enfrentamento da pandemia, sendo a primeira medida implementada pela administração pública para o enfrentamento da pandemia, permitindo ao poder público adotar medidas restritivas e preventivas para proteger a saúde da população. O objetivo principal da

15 <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735>

lei foi proporcionar uma resposta rápida e eficaz, baseada em estudos científicos iniciados em diversos lugares do mundo, a fim de minimizar os riscos à saúde coletiva e evitar um colapso nos sistemas de saúde. As medidas de isolamento social, restrição de circulação em locais públicos e outras estratégias foram praticadas visando preservar vidas e controlar a propagação do vírus, demonstrando a importância da atuação governamental no enfrentamento da crise sanitária.

Em meio à superlotação dos hospitais e à demanda crescente por leitos e atendimento médico durante a pandemia, a administração pública se viu diante da necessidade de criar hospitais de campanha como medida para controlar o contágio e reduzir as mortes causadas pela Covid-19. Profissionais que atuaram no primeiro hospital de campanha no Brasil destacaram a importância dessas estruturas durante uma pandemia, ressaltando sua função crucial de aliviar a pressão sobre o sistema de saúde das cidades, que não dispõem de capacidade suficiente para receber uma quantidade tão grande de pacientes simultaneamente. A recomendação para a criação de hospitais de campanha é respaldada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), uma vez que sua implementação visa evitar o colapso dos hospitais e garantir o atendimento adequado aos pacientes em meio a uma crise sanitária desafiadora.

Além das medidas anteriormente mencionadas, a atuação da administração pública na área hospitalar durante a pandemia depara-se com desafios adicionais significativos. A escassez de suprimentos médicos essenciais, como respiradores e equipamentos de emergência, impôs aos gestores uma situação delicada. A falta de recursos pode ser uma consequência dos desvios de verbas destinadas à aquisição desses equipamentos vitais. Infelizmente, o desvio de recursos públicos direcionados à saúde, em um momento de crise, tornou-se uma triste realidade em determinados casos. Esse comportamento representou uma séria violação dos direitos constitucionais da população, que tem o direito à saúde garantido e foi privada do uso adequado desses recursos. Tal situação de desvio de verbas públicas agravou ainda mais a crise, acentuando a escassez de recursos e comprometendo a capacidade de resposta do sistema de saúde. A população sofreu duplamente: além de enfrentar a pandemia em si, teve seus esforços para combater a doença prejudicados pela corrupção. A administração pública viu-se diante da necessidade de investigar e punir os responsáveis por esses desvios, ao mesmo tempo em que buscava restabelecer a confiança da população, garantindo a alocação adequada e transparente dos recursos.

Com base na pesquisa conduzida pelo projeto interinstitucional “Análise Qualitativa dos Impactos Pós Pandêmicos nas Comunidades do Município de Niterói”, constata-se que o acesso aos serviços de saúde deteriorou-se para mais de 50% da população, assim como o acesso a medicamentos apresentou uma piora para cerca de 46% dos indivíduos. Essa constatação evidencia a problemática da precariedade no acesso a serviços básicos em um contexto tão desafiador nos últimos anos. É responsabilidade da Administração Pública garantir esse acesso a todos os cidadãos, porém a escassez desses serviços sobrecarregou outros setores durante a pandemia. Conforme revelado pela pesquisa, aproximadamente 47% das famílias tiveram a triste experiência de perder pelo menos um ente querido devido à COVID-19. Além disso, nas comunidades pesquisadas, mais de 50% dos residentes afirmaram a ausência de programas preventivos eficazes. Esses dados alarmantes revelam que a falta de serviços básicos, como acesso à saúde, pode acarretar consequências trágicas para a sociedade.

É crucial ressaltar que a pandemia expôs as fragilidades estruturais existentes no sistema de saúde e o impacto negativo sobre os mais vulneráveis. A Administração Pública enfrentou o desafio de lidar com uma demanda crescente e recursos limitados, o que levou a uma maior disparidade no acesso aos cuidados de saúde. A falta de investimentos adequados na infraestrutura de saúde e na capacidade de resposta afetou negativamente as comunidades, exacerbando as desigualdades sociais e agravando as dificuldades enfrentadas durante a pandemia.

Atuação da administração pública nas questões sociais (ênfase no desemprego)

No decorrer do primeiro semestre de 2020, a pandemia da COVID-19 propagou-se de forma global, impondo uma necessidade abrangente de reconfiguração da atuação estatal e do desenvolvimento de políticas públicas. Nesse sentido, essa enfermidade teve um impacto adverso em diversas esferas sociais, destacando-se o fenômeno do desemprego, o qual demandou dos órgãos governamentais um esforço ininterrupto na busca pela resolução dos problemas preexistentes que pairavam sobre o mercado de trabalho.

Diante do exposto, no território brasileiro, o desemprego tem se configurado como uma problemática duradoura que impacta um número significativo de cidadãos desde a ocorrência da crise econômica em 2014. Nesse contexto, conforme dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa média de desemprego no ano de 2019 alcançou 11,9%, evidenciando, assim, a existência de desafios relacionados a essa questão no país, mesmo antes dos impactos ocasionados pela pandemia. Posteriormente, essa conjuntura se manteve e agravou nos anos subsequentes, culminando em 2020 com um índice alarmante de desemprego, atingindo a taxa mais elevada registrada, com um percentual de 13,5%. Nesse sentido, a ausência da devida atenção por parte do governo em relação ao segmento de indivíduos desocupados, aliada à ocorrência da pandemia, tem se refletido nas vias das grandes cidades, com o aumento do trabalho informal, chegando a 40,1% no ano de 2021, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), divulgados pelo IBGE. De maneira preocupante, esse fato acarreta situações de ilegalidade, tais como a exploração do trabalho infantil, em que crianças são envolvidas na venda de produtos, visando contribuir financeiramente com a renda familiar.

No contexto do projeto interinstitucional, Análise Qualitativa dos Impactos Pós-Pandêmicos nas Comunidades do Município de Niterói-RJ, mediante uma abordagem de pesquisa quantitativa conduzida por meio de questionários, torna-se possível examinar e relacionar os resultados

do relatório de dados da pesquisa com os recentes dados do IBGE. Nesse aspecto, essa correlação cumpre o papel de corroborar com as comunidades de Niterói participantes, uma vez que, ressaltam o impacto resultante da pandemia vivenciado por essas famílias. Dessa forma, no que diz respeito ao número de indivíduos com ocupação remunerada no domicílio antes da pandemia, as respostas obtiveram um empate entre as opções “1 pessoa” e “2 pessoas”, ambas com uma incidência de 39,7%. Em contrapartida, ao considerarmos a atual situação pós-pandêmica, verificamos que a opção “uma pessoa” recebeu 45,9% das respostas referentes à quantidade de pessoas com trabalho remunerado no domicílio. Essa alteração demonstra de forma clara um impacto sobre o desemprego na vida das famílias dessas comunidades, resultando em uma redução na quantidade de indivíduos que possuem ocupação remunerada por domicílio. Ademais, no âmbito do desemprego, as ramificações da pandemia, além de se manifestarem na redução de indivíduos empregados por família, contribuem com o aumento do trabalho informal.

Considerando esse contexto, no que diz respeito ao tipo de vínculo de trabalho da principal fonte de renda da família, observa-se que a opção “autônomo/informal” apresenta a maior quantidade de respostas, totalizando 44,2%. De certo modo, o trabalho informal carece das garantias trabalhistas, deixando os trabalhadores por conta própria. Sendo assim, em casos de doenças, como a contaminação pelo vírus SARS-CoV-2, o vírus responsável pela COVID-19, esses indivíduos não têm acesso a remuneração durante o período de afastamento.

A administração pública é regida por direitos e deveres que implicam em suas ações sempre estarem fundamentadas na supremacia do interesse público. Isso implica que todas as ações estatais devem ser guiadas pelo interesse público, sem possibilidade de alteração ou estarem à “disposição” do administrador. Esse é um princípio imperativo que o administrador deve obrigatoriamente seguir. Nessa perspectiva, no decorrer do período pandêmico, diversas famílias enfrentaram redução de renda. Visando prover auxílio financeiro de maneira ágil a essas famílias, o programa de auxílio emergencial foi implementado no mês de abril de 2020. Inicialmente, essa política pública foi estabelecida por intermédio da Lei nº 13.982¹⁶, que determinou a concessão de um auxílio no valor de R \$600,00 às famílias que satisfizessem os critérios definidos por lei para receberem tal benefício.

16 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113982.htm

Essa política pública desempenhou um papel relevante ao auxiliar numerosas famílias brasileiras em situação de vulnerabilidade. No entanto, a administração pública foi alvo de críticas significativas devido a falhas primárias em sua implementação.

Nesse aspecto, no que diz respeito aos participantes das comunidades envolvidas no projeto, em relação aos benefícios sociais fornecidos pelo governo, constatou-se que 65,4% afirmaram estar recebendo ou possuindo algum membro da família que é beneficiário desses programas. Entre os beneficiários, 35,6% recebem o Bolsa Família, enquanto 19% continuam a receber o auxílio emergencial, mesmo após o período da pandemia. Além disso, o Benefício de Prestação Continuada ao Idoso (BPC Idoso) representa 8,51% dos beneficiários, e o programa Supera Rio atinge uma taxa de 1,5%.

Diante dos resultados, torna-se evidente a importância dessas políticas públicas de transferência de renda na vida dos cidadãos brasileiros de baixa renda, uma vez que, das pessoas entrevistadas, 57,3% informaram que sua renda mensal piorou devido à pandemia.

Portanto, fica evidente que a pandemia da COVID-19 teve um impacto substancial na esfera social do Brasil, manifestando-se de forma perceptível no desemprego e na precariedade financeira. Os dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relativos à taxa de desemprego e ao crescimento do trabalho informal, destacam a urgência de políticas públicas e ações que promovam o crescimento econômico do país, com o intuito de viabilizar a criação de novas oportunidades de emprego para os cidadãos, visando assim mitigar os transtornos do desemprego e contribuir para a melhoria das condições financeiras da população. Apesar das imperfeições na implementação do auxílio emergencial pela Administração Pública, é inegável que essa medida desempenhou um papel significativo no amparo de diversas famílias durante o período desafiador da pandemia da COVID-19, quando muitos deles enfrentaram o desemprego e a redução de suas rendas. Nesse sentido, pode-se afirmar que, de certa forma, os princípios subjacentes a essa política foram satisfeitos e seu propósito foi cumprido.

Atuação da administração pública nos direitos básicos

O enfrentamento da crise sanitária estabelecida a partir da COVID-19 pôs em xeque – político e técnico – o processo decisório e as estruturas e processos governamentais em todo o mundo; afinal, foram muitos os desafios adaptativos impostos pela pandemia à Administração Pública. Diversos países em todo o mundo impuseram severas restrições às pessoas físicas e jurídicas, com o único objetivo de frear o avanço da COVID-19. Havendo se espalhado por quase todo o globo, o vírus espalhou os seus efeitos para além do sistema de saúde, produzindo consequências, até hoje não resolvidas, no campo das relações econômicas e sociais. Assim, foram adotadas medidas rígidas como o fechamento de fronteiras, a proibição de aglomerações públicas, restrições para o comércio e até aplicações de multas ou abertura de investigações criminais e de processos contra pessoas que transitavam nas ruas, descumprindo as normas de segurança.

Contudo, tais medidas produziram evidentes reflexos na esfera econômica, impactando os níveis de produção industrial e do comércio, com uma reação em cadeia de fechamento de empresas, de crescimento dos níveis de desemprego, de empobrecimento da população e da queda das receitas fiscais. Tais problemas colocaram em risco diversos direitos fundamentais – em essência, são direitos representativos das liberdades públicas, constituem valores eternos e universais, que impõem ao Estado fiel observância e amparo irrestrito - tais como a vida, a integridade física, a saúde, a vida privada, a locomoção e a liberdade de expressão. Diante disso, compete ao Estado ações de promoção, proteção e recuperação da saúde e todos os direitos fundamentais afetados pelo contexto de calamidade, tais como acesso ao sistema de saúde, transporte, alimentação, renda, moradia.

O cenário incerto referente ao melhor processo de condução das políticas sanitárias se mostrou um dos maiores desafios durante o período pandêmico, tanto pelo desconhecimento científico aprofundado, quanto pela necessidade de agilidade governamental para tomada de decisões que impactem menos sobre as liberdades e garantias fundamentais ao mesmo tempo que garantam a saúde e a vida dos cidadãos. Com isso, foram adotadas ações por parte dos órgãos reguladores para tentar equilibrar da melhor forma as necessidades do Estado com as necessidades da população.

Dentre elas, como foi citado acima, uma das medidas da administração pública foi a aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei 13.979, que “dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus”. Para mais, pode-se perceber que outra medida adotada foi a aprovação do estado de calamidade pública, autorizando gastos extraordinários para conter o avanço da doença. Essas ações e normas excepcionais foram adequadas à ordem constitucional vigente.

Considerações finais

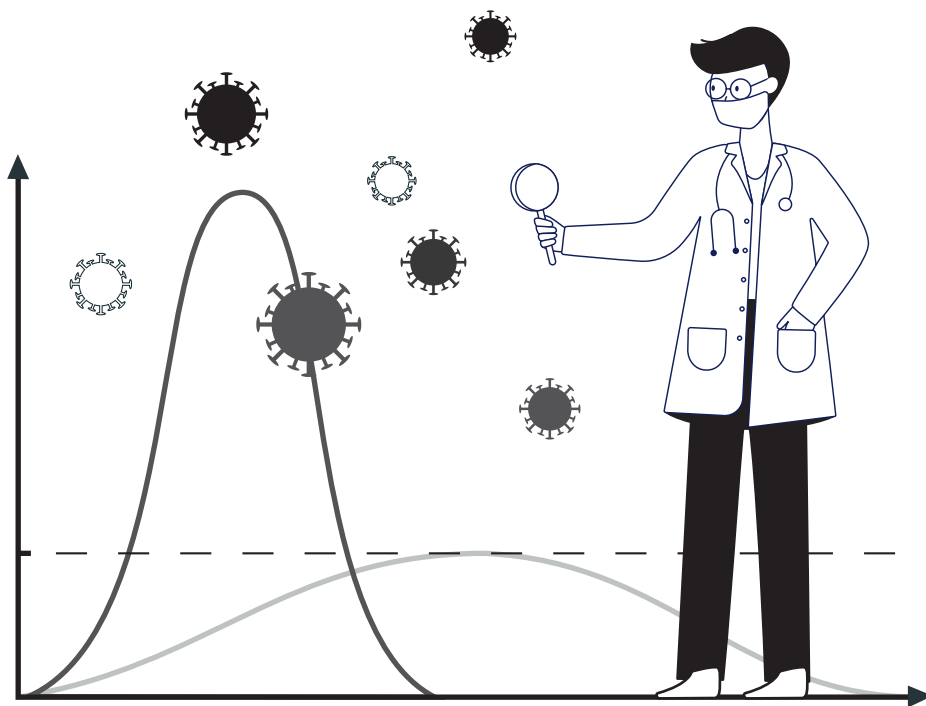
Em conclusão, a atuação da administração pública durante a pandemia revelou uma realidade complexa, com aspectos positivos e negativos. Foi possível observar a implementação de planos de ação e a adoção de métodos eficazes diante de um cenário totalmente novo e desafiador. A administração pública teve que enfrentar múltiplas frentes, buscando garantir o acesso à saúde, aos direitos básicos e solucionar problemas sociais urgentes. Para tanto, foram elaboradas medidas preventivas, gerenciamento de recursos escassos e enfrentamento das adversidades impostas pela precariedade da atuação do poder público.

Ademais, é importante ressaltar que o projeto interinstitucional mencionado ao longo deste artigo desempenhou seu papel na análise aprofundada do contexto em que vivemos e das consequências trazidas pela pandemia. Espera-se que esse estudo venha a contribuir para uma compreensão mais abrangente dos problemas sociais que são tão persistentes em nossa sociedade, os quais foram ainda mais evidenciados durante esse período desafiador. Com isso, através dessa análise mais detalhada, foi possível identificar de maneira mais precisa as lacunas existentes no sistema e as áreas que exigem uma atuação prioritária por parte da administração pública. As consequências sociais da pandemia, como o agravamento das desigualdades, o acesso limitado a serviços básicos e as dificuldades enfrentadas por segmentos mais vulneráveis da população, foram claramente delineadas conforme a percepção dos respondentes.

Nesse contexto, fica evidente a necessidade de que a administração pública assuma um papel de liderança diante da necessidade de uma abordagem abrangente e integrada, que envolva governos, profissionais de saúde, sociedade civil e cidadãos trabalhando em conjunto. Em consequência, somente através dessa colaboração coletiva será possível enfrentar os desafios, superar as barreiras e construir um futuro mais resiliente e saudável para todos. Em suma, a importância de uma gestão eficiente, transparente e comprometida com o bem-estar da população ficou evidente, assim como a necessidade de fortalecer os sistemas de saúde, investir em infraestrutura adequada e promover políticas inclusivas, com foco nos setores mais vulneráveis da população.

CAPÍTULO 3

Impactos da Pandemia sobre a garantia de direitos fundamentais: uma análise a partir das percepções da população em duas comunidades de Niterói-RJ



*Luiz Carlos de Souza*¹⁷

*Bruna Silva do Nascimento*¹⁸

*Giovana Acioli Ferreira dos Santos*¹⁹

*Guilherme Gomes de Souza*²⁰

*Roberta Matos Gomes*²¹



Para iniciar esta análise, partimos do destaque de alguns direitos de cidadania constitucionalmente garantidos, conforme o que se pode observar em diversos artigos da carta constitucional. Conforme preconiza a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 6º “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” Assim também versam outros artigos da Carta constitucional, como por exemplo o Artigo 7º ao estabelecer que

São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

Já o artigo 23 determina que

*É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;
V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação;
IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;
X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;”*

17 Professor do Depto de Fundamentos da Educação da UNIRIO.

18 Professora da Escola de Biblioteconomia da UNIRIO.

19 Graduanda em Administração Pública pela UNIRIO.

20 Graduando em Administração Pública pela UNIRIO.

21 Graduanda em Administração Pública pela UNIRIO.

Por fim, e para não nos estendermos na apresentação de outros artigos da mesma carta que reforçam direitos de cidadania constitucionalmente garantidos, mencionamos, a propósito do foco deste texto, o artigo 194, que preconiza que “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”

À Luz destes preceitos constitucionais, convidamos o leitor à reflexão sobre a expressiva e persistente desigualdade de acesso a direitos fundamentais de cidadania que vem notadamente sendo agravada por efeito do contexto pandêmico global de COVID-19, identificado a partir de fins de 2019 e início de 2020. Nesse sentido, já existe, em nosso país, extensa coleta de dados sobre os efeitos provocados na sociedade brasileira pela pandemia de COVID-19, bem como grande quantidade de estudos e publicações acerca de seus impactos diretos e indiretos sobre as diferentes populações brasileiras. Nos parece que, em geral, tais estudos apontam para um agravamento do quadro de desigualdade social em múltiplas dimensões da vida dos brasileiros. Falamos em diferentes populações tendo em vista que diferentes grupos sociais foram e vem sendo afetados de formas diversas e desiguais por esta pandemia.

Dados apresentados por Neri (2020) por exemplo, ao analisar impactos ainda no início da pandemia, apontam uma queda considerável na renda individual do trabalho do brasileiro. Segundo o pesquisador, no primeiro trimestre completo da pandemia, a renda individual do brasileiro, considerando aqueles atuantes no mercado formal, informal e também os desocupados, caiu 20,1% ao passo que a desigualdade, medida pelo índice de Gini, subiu 2,82% se constituindo num recorde negativo nas séries históricas iniciadas em 2012.

Na esteira dos apontamentos sobre o agravamento das condições sociais, Quadros (2023) também efetua apontamentos sobre o aumento do desemprego que agravou as desigualdades entre brancos e negros. Segundo o autor

Em 2019, antes da pandemia, portanto, o desemprego entre os brancos foi de 4,3 milhões (34,4% do total) e de 8,1 milhões entre os negros (64,8%)! Em 2021 esses números crescem para 5,1 milhões entre os brancos (35,2% do

total) e para 9,3 milhões entre os negros (64,1%), com um crescimento ligeiramente superior para os brancos. Isolando os Pobres e Miseráveis, em 2019 eles atingem 1,4 milhão entre os brancos (25,3% do segmento) e 4,2 milhões entre os negros (74,0%). Em 2021 estes números passam a 2,3 milhões entre os brancos (28,0% do segmento) e 5,8 milhões entre os negros (71,4%).

Também Quadros (2023) aborda a desigualdade entre brancos e negros no contexto pandêmico e baseando-se em Bierrembach, 2022, informa que para “além dos impactos dramáticos da queda na estrutura social e do agravamento da pobreza e miséria, os dados e especialistas em saúde pública revelam que a mortalidade por Covid entre os negros é mais elevada do que a da população em geral”.

Em 2022 o Senado Federal²² realizou pesquisa que identificou diversos impactos prejudiciais da pandemia sobre a educação no país. Foram identificadas alterações significativas na rotina domiciliar, diversas barreiras nos processos de ensino e aprendizagem e na sociabilidade dos estudantes. Segundo o estudo, uma das principais consequências relatadas pelos participantes foi a dificuldade de conciliar o trabalho com aulas online dos filhos(as) gerando uma sensação de sobrecarga, como se a responsabilidade pelo ensino dos filhos houvesse sido inteiramente transferida para eles, enquanto a escola mantivesse apenas uma função complementar de acompanhar a realização das tarefas. O agravante é que os respondentes relatam que não tinham condições de ensinar os filhos(as), seja por falta de tempo ou por falta de conhecimento.

Em relação à aprendizagem, os participantes da pesquisa conseguiram identificar prejuízos na aprendizagem dos filhos com uma preocupação acerca dos efeitos a longo prazo. Segundo dados da pesquisa.

Para a maioria dos pais, a falta de equipamentos adequados em casa, como computadores e celulares, foi um dos principais problemas enfrentados durante a suspensão das aulas presenciais. Muitos relataram dificuldade de prover internet e aparelho celular ou

22 <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/materias/pesquisas/impactos-da-pandemia-na-educacao-no-brasil>

computador para todos os filhos, especialmente quando havia mais de uma criança ou adolescente precisando assistir aulas em streamings ao vivo.

Outro aspecto dificultador do ensino e aprendizagem ligado às limitações impostas pelo contexto pandêmico, segundo a opinião dos respondentes à pesquisa, foi a falta de eficácia de aulas on-line, sobretudo em se tratando das crianças mais novas. De acordo com os pais, falta-lhes a capacidade de concentração suficiente para ficar muito tempo focadas na tela do celular ou televisão para a aprendizagem adequada dos conteúdos pedagógicos. Dados levantados por Nascimento et al (2020) apontam que os estudantes sem acesso são majoritariamente pessoas negras ou indígenas, sendo que nos estabelecimentos públicos da educação básica, as crianças e os jovens negros e indígenas eram, em 2018, mais de 70% dos estudantes sem acesso domiciliar à internet em banda larga ou 3G/4G. Ainda que estes dados se refiram a um contexto pré-pandêmico, não parece ser inconsistente pensar que a pandemia tenha agravado o quadro.

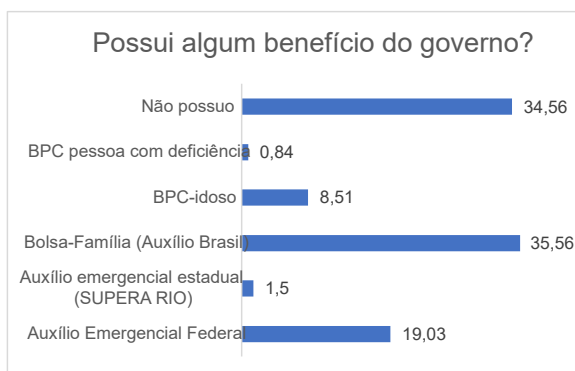
O acesso ao lazer e à mobilidade urbana também são aspectos afetados negativamente pela pandemia. Em estudo recente, Pereira e colaboradores (2021) apontam como a crise econômica e de saúde pública decorrente da pandemia de Covid-19 impactou profundamente na diminuição dos níveis de mobilidade urbana, bem como na queda do número de passageiros do transporte público ao longo de 2020. Os autores utilizam dados de séries históricas de registros administrativos e pesquisas domiciliares amostrais disponíveis publicamente. Inferem que a crise do novo coronavírus pode ter aprofundado um ciclo vicioso de redução de passageiros, bem como a elevação de tarifas no transporte público, além de agravar uma tendência histórica de troca do transporte coletivo pelo individual nas cidades do Brasil. Segundo os autores, o número médio de pessoas circulando em áreas de varejo e de lazer caiu cerca de 65% no ápice do processo de isolamento social. Além disso, a circulação de pessoas em locais de trabalho e em estações de transporte público caiu aproximadamente entre 43% e 63% no mesmo período.

Como exposto brevemente até aqui, podem ser muitos os fatores prejudiciais da pandemia de COVID-19 sobre a sociedade brasileira e há muitos outros passíveis de análise.

Nesta esteira, procuramos, no âmbito deste artigo, compreender as percepções dos moradores de duas comunidades do município de Niterói/RJ acerca dos impactos da pandemia sobre diferentes aspectos de suas vidas cotidianas como o acesso à água encanada, energia elétrica, Internet, coleta de lixo, esgoto, transporte, medicamentos, alimentos e demais produtos, saúde, assistência social, lazer, educação, segurança e renda. Os dados mostram que na percepção dos residentes das duas comunidades investigadas, de forma geral, a pandemia de COVID-19 exerceu impactos negativos sobre a maioria dos aspectos levantados e podem auxiliar no aprofundamento das reflexões sobre o agravamento das desigualdades pré-existentes na estrutura social de nosso país.

Como a pobreza é característica comum do perfil socioeconômico das pessoas que residem em favelas, a maioria dos respondentes da pesquisa, conforme se pode observar a partir dos dados dispostos no gráfico 1, afirma que recebe ou possui membro da família beneficiário de algum auxílio governamental, totalizando 65,4% das respostas. A despeito dos 34,6% que afirmam não fazer uso de nenhum dos benefícios apresentados, dentre aqueles que responderam afirmativamente à pergunta, a maior frequência refere-se aos beneficiários do Bolsa Família (Auxílio Brasil) totalizando 35,6%, seguida pelo Auxílio Emergencial Federal (19,03) e pelo Benefício de Prestação Continuada ao Idoso – BPC Idoso, totalizando 8,51%. O Supera Rio chega a 1,5%.

Gráfico 1 – Se o respondente ou alguém de sua família recebe algum benefício de assistência social do governo



Fonte: dados da pesquisa

Note-se que o Auxílio Brasil apresenta entre suas regras de elegibilidade, considerando como aptas a receber o benefício, as famílias que têm renda mensal de R\$ 218 por familiar, sendo que antes, as famílias beneficiadas eram as que tinham renda por pessoa de R\$ 105,01 a R\$ 210. Já o Auxílio Emergencial Federal, benefício financeiro criado para garantir renda mínima aos brasileiros em situação vulnerável durante a pandemia do Covid-19, apresentava regras restritivas de forma a priorizar ou mesmo atender exclusivamente pessoas de famílias mais pobres. Dentre as regras do programa, segundo informações da Câmara dos Deputados em 2021, destacam-se que o beneficiário deveria ter mais de 18 anos, exceto se fosse mãe adolescente; não deveria ter vínculo de emprego formal na iniciativa privada e no serviço público; e não poderia ter sido incluído em 2019 como dependente no Imposto de Renda – cônjuge ou companheiro e filho ou enteado (até 21 anos ou estudante até 24). Além disso, estariam fora ainda os estagiários; os residentes médicos ou residentes multiprofissionais; e os beneficiários de bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ou de quaisquer órgãos públicos municipais, estaduais, distrital ou federal. Por fim, não teriam direito as pessoas que recebessem outros benefícios federais ou constassem como instituidor de pensão por morte; tivessem indicativo de óbito nas bases de dados do governo federal; ou não tivessem movimentado as contas bancárias que receberam auxílio emergencial durante o ano de 2020.

O Benefício de Prestação Continuada ao Idoso – BPC é destinado a pessoas idosas com 65 anos ou mais e pessoas com deficiência. O benefício é exclusivamente destinado a idosos que não têm direito à previdência social e a pessoas com deficiência que não estão inseridas no mercado trabalho e não apresentem uma renda fixa. Também é critério de elegibilidade o fato de que a renda familiar nos dois casos deve ser inferior a 1/4 do salário mínimo.

Por fim, o Supera Rio, segundo a Legislação estadual, foi um programa de renda mínima com validade até 31 de dezembro de 2021, a ser concedido às pessoas em situação de vulnerabilidade social, ou enquanto perdurasse o período da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). Para efeitos do programa, de acordo com a LEI Nº 9.191 DE 02 DE MARÇO DE 2021, foram consideradas em vulnerabilidade social as pessoas:

*I – que comprovem renda mensal igual ou inferior a R\$178,00 (cento e setenta e oito reais) e estejam inscritas no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico);
II – que tenham perdido vínculo formal de trabalho no período da pandemia da COVID-19 e esteja sem qualquer outra fonte de renda, conforme dados do CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.*

Ainda de acordo com a mesma legislação, faziam jus ao auxílio

(...) profissionais autônomos, trabalhadores de economia popular solidária, agricultores familiares, microempreendedores individuais, agentes e produtores culturais, aos profissionais autônomos, inclusive os agentes e produtores culturais, às costureiras, cabeleireiros, manicures, esteticistas, maquiadores, artistas plásticos, sapateiros, cozinheiros, massagistas, empreendedores sociais e os negócios de impacto social de que trata a Lei nº 8.571, de 16 de outubro de 2019(...)

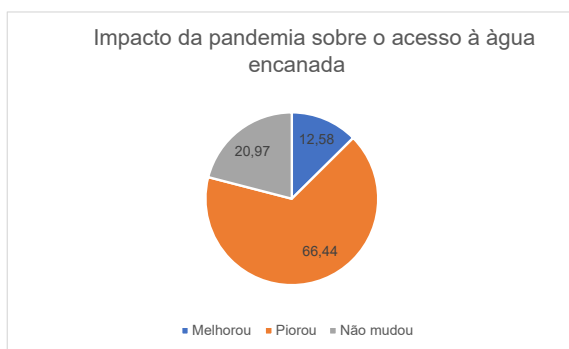
Seriam priorizados pelo programa as pessoas responsáveis por crianças ou adolescentes de 0 a 18 anos de idade incompletos. Restando que o valor do benefício seria de R\$200,00 (duzentos reais) com adicional de R\$50,00 (cinquenta reais) por filho menor, limitado a 2 (dois) filhos.

Os critérios de elegibilidade, em seu conjunto evidenciam a situação de pobreza e extrema pobreza vivida majoritariamente pelos moradores das duas comunidades pesquisadas.

O que revelam os dados da pesquisa

Na esteira dos apontamentos realizados até aqui, cabem algumas considerações sobre a percepção dos moradores das duas comunidades do município de Niterói investigados. O contexto pandêmico foi percebido pelos participantes da pesquisa como um agravante de suas condições sociais, conforme se poderá observar nos dados a seguir.

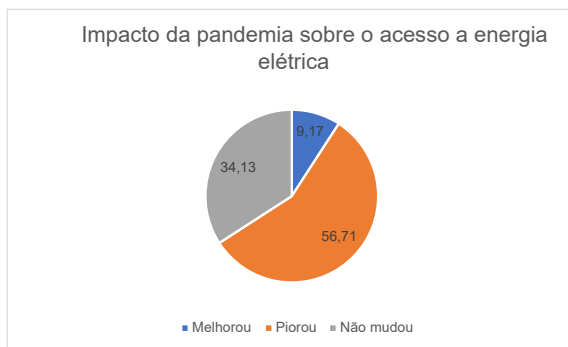
Gráfico 2 – Impacto da pandemia sobre o acesso à água encanada



Fonte: dados da pesquisa (2023)

Conforme se pode observar no gráfico 2, na percepção da grande maioria dos respondentes, o acesso à água encanada piorou durante a pandemia (66,4%), enquanto para 12,6% o mesmo não sofreu alterações. Por outro lado, 21,0% afirmou que obteve melhora no atendimento.

Gráfico 3 – Impacto da pandemia sobre o acesso à energia elétrica

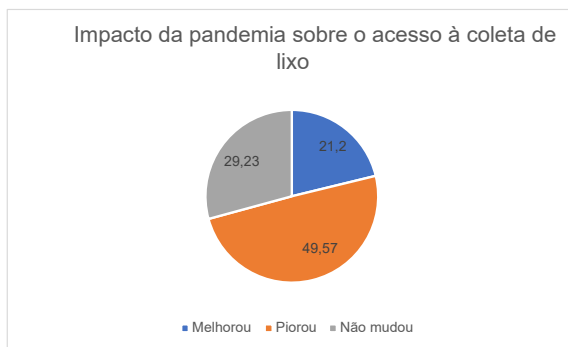


Fonte: dados da pesquisa (2023)

Em relação ao acesso à energia elétrica (gráfico 3), na percepção dos respondentes da pesquisa, houve uma piora nos serviços de energia elétrica pública (56,7%), enquanto outros 34,1% afirmaram não ter havido alteração nos mesmos. Por outro lado, 9,1% identificaram uma melhora nos serviços. A coleta de lixo, conforme dados do gráfico 4 abaixo, foi um fator que

apresentou um padrão sensivelmente diferente dos demais analisados na medida em que as opiniões dos respondentes se mostraram de forma mais equilibrada. Enquanto 49,6% consideraram que o serviço foi piorado com a pandemia, outros 29,2% não perceberam alteração nos serviços e 21,2% tiveram uma percepção de melhora nos mesmos.

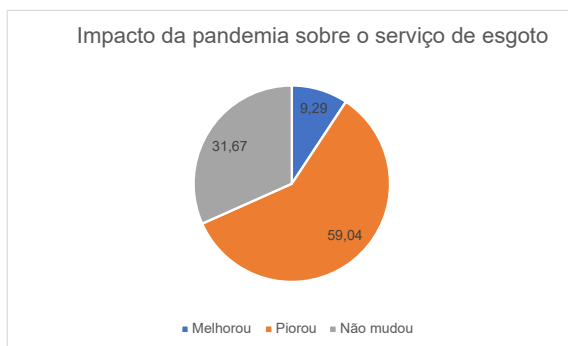
Gráfico 4 – Impactos da pandemia sobre os serviços de coleta de lixo



Fonte: dados da pesquisa (2023)

Ao serem questionados sobre a qualidade do serviço de esgoto na sua comunidade com a pandemia, mais da metade teve a percepção de que o serviço piorou, totalizando aproximadamente 59% dos entrevistados. Quase 31,7% dos entrevistados acreditam que a pandemia não tenha afetado o serviço e o mesmo continua igual. Já a minoria, chegando a 9,3%, acredita que melhorou. Estes dados podem ser observados no gráfico 5, abaixo.

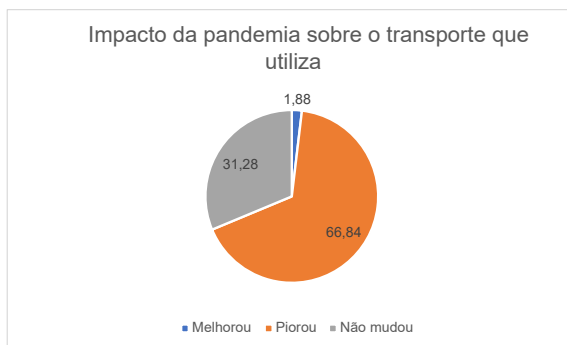
Gráfico 5 – Impactos da pandemia sobre os serviços de esgoto



Fonte: dados da pesquisa (2023)

Ao serem questionados sobre a qualidade de transporte que usam diariamente, conforme os dados do gráfico 6, cerca de 66,8% dos entrevistados percebem uma piora no transporte público durante a pandemia. Por outro lado, 31,3% acreditam que a pandemia não afetou o transporte público e 1,9% dos entrevistados acham que houve uma melhora.

Gráfico 6 – Impacto da pandemia sobre o transporte utilizado

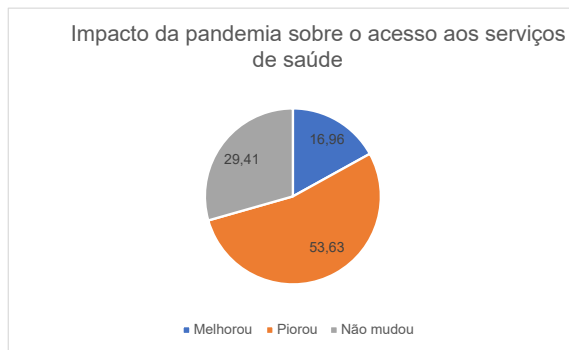


Fonte: dados da pesquisa (2023)

Em se tratando de um acesso essencial à saúde, sobretudo durante a pandemia, os resultados diferem dos vistos anteriormente. Diante do cenário que vivemos com a pandemia, os serviços de saúde foram essenciais para casos mais graves que necessitam de atendimentos.

Quanto ao acesso dos serviços de saúde (gráfico 7), a maioria, cerca de 53,6%, acreditam que esse serviço piorou, já 29,4% apontam uma inalteração, e cerca de 17% têm a percepção de que o serviço melhorou. Quanto ao acesso a medicamentos, 46,8% dos entrevistados consideraram que o mesmo piorou. Cerca de 43,4%, acreditam que não houve alteração no acesso e 9,7% dos entrevistados acham que melhorou. Quanto ao acesso à serviços de assistência social durante a pandemia, mais da metade, cerca de 54,1% acreditam que esse serviço piorou, enquanto 42,6% dos entrevistados opinaram no sentido de que não houve mudança e 4,5% perceberam uma melhora no mesmo.

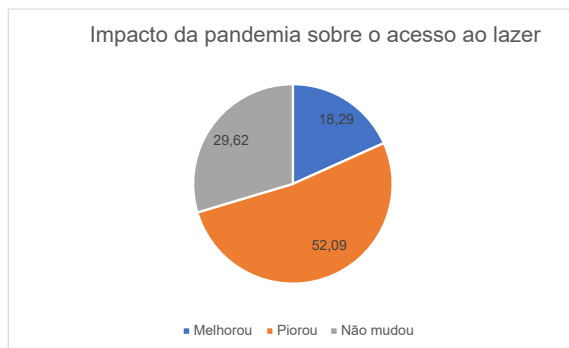
Gráfico 7 – Impacto da pandemia sobre o acesso à saúde



Fonte: dados da pesquisa (2023)

Ao se referir ao acesso ao lazer nas comunidades (gráfico 8), com a pandemia, pouco mais da metade (52,1%) informaram que este aspecto piorou, já cerca de 29,6% dos entrevistados referiram que o serviço continuou o mesmo e com um grande índice comparado a outros serviços, 18,3% disseram que o serviço melhorou.

Gráfico 9 – Impacto da pandemia sobre o acesso ao lazer nas comunidades

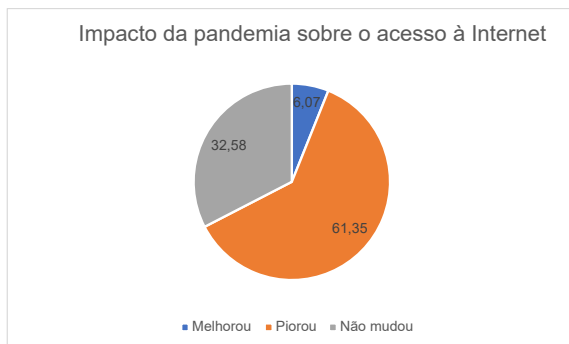


Fonte: dados da pesquisa (2023)

Em se tratando do acesso à Internet, como se pode observar a partir dos dados do gráfico 10, a tendência se mantém em relação aos apontamentos feitos no início do texto, na medida em que 61,4% dos entrevistados

apontou uma piora nos serviços, enquanto 32,6% informaram que não houve alteração e apenas 6,1% perceberam uma melhora.

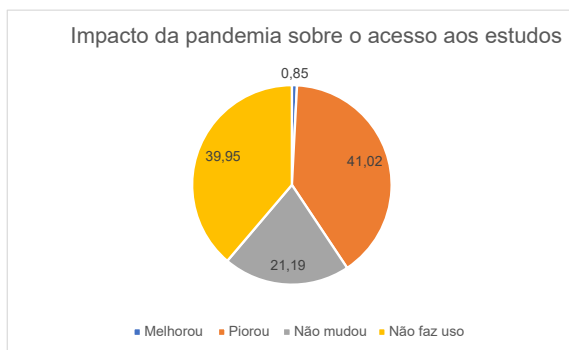
Gráfico 10 – impacto da pandemia sobre o acesso à Internet



Fonte: dados da pesquisa (2023)

Os dados referentes à percepção dos respondentes ao acesso aos estudos corrobora a profusão de dados oficiais e de estudos científicos que identificam impactos prejudiciais da pandemia sobre a educação e apontam uma piora em termos da queda de matrículas na educação básica decorrentes do aumento das taxas de abandono e evasão, bem como na queda do desempenho dos estudantes. Desta forma, segundo as respostas obtidas pela pesquisa, o acesso aos estudos piorou para cerca de 41% dos respondentes com o advento do contexto pandêmico. Já 21,2% dos entrevistados informaram que o serviço continuou o mesmo. Quanto à melhora, o percentual não chegou a 1% dos entrevistados, sendo cerca de 0,8%. Ainda, 37% dos respondentes informaram que não fazem uso do serviço. Estes dados podem ser observados no gráfico 11, abaixo.

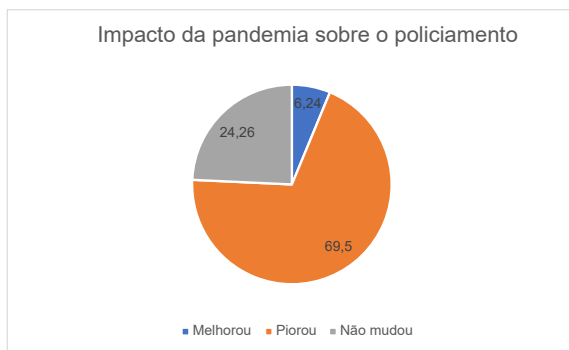
Gráfico 11 – Impactos da pandemia sobre o acesso aos estudos



Fonte: dados da pesquisa (2023)

Em relação ao policiamento na pandemia (gráfico 12), serviço para garantir a segurança da população, a população das comunidades investigadas também percebeu uma considerável piora. Segundo a grande maioria (69,5%) o serviço piorou enquanto para 24,2% ele continuou o mesmo e cerca de 6,2% dos respondentes informaram que este serviço melhorou.

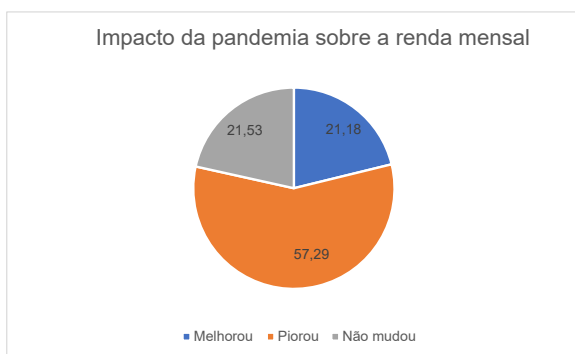
Gráfico 12 – Impactos da pandemia sobre o policiamento nas comunidades



Fonte: dados da pesquisa (2023)

Por fim, com a pandemia, a renda mensal dos respondentes também foi afetada, conforme já previsto e corroborado por estudos anteriormente mencionados. Para cerca de 57,3% dos entrevistados o rendimento caiu enquanto para 21,5% não houve mudança e 21,2% percebeu uma melhora no mesmo.

Gráfico 13 – impactos da pandemia sobre a renda mensal dos respondentes



Fonte: dados da pesquisa (2023)

Considerações finais

Os dados aqui apresentados não expressam nenhuma novidade. Considerando as percepções colhidas pela pesquisa, eles apenas reforçam a necessidade de maiores investimentos e ações no sentido de combater a precariedade das condições sociais de grupos da população brasileira que já se encontravam em situação vulnerável no período pré-pandêmico e que vivenciaram um agravamento de suas precariedades com o advento da pandemia de COVID-19.

Ainda que mais evidentes, os problemas relacionados a saúde pública não estão isolados de outros ligados à proteção social e à garantia de direitos constitucionalmente assegurados. Entre os grupos que representam minorias político-sociais os efeitos da pandemia têm se revelado como agravantes da desigualdade estrutural de nosso sistema, representando mais um fator agregador da disparidade social, mas também chamando a atenção para que Estado e sociedade civil busquem formas efetivas de atuação no sentido de combater as múltiplas dimensões da desigualdade que sobrepesa nos estratos menos priorizados em nosso contexto geral.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

NERI, Marcelo C. Efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho brasileiro: Desigualdades, ingredientes trabalhistas e o papel da jornada (sumário executivo) setembro (2020) FGV Social.

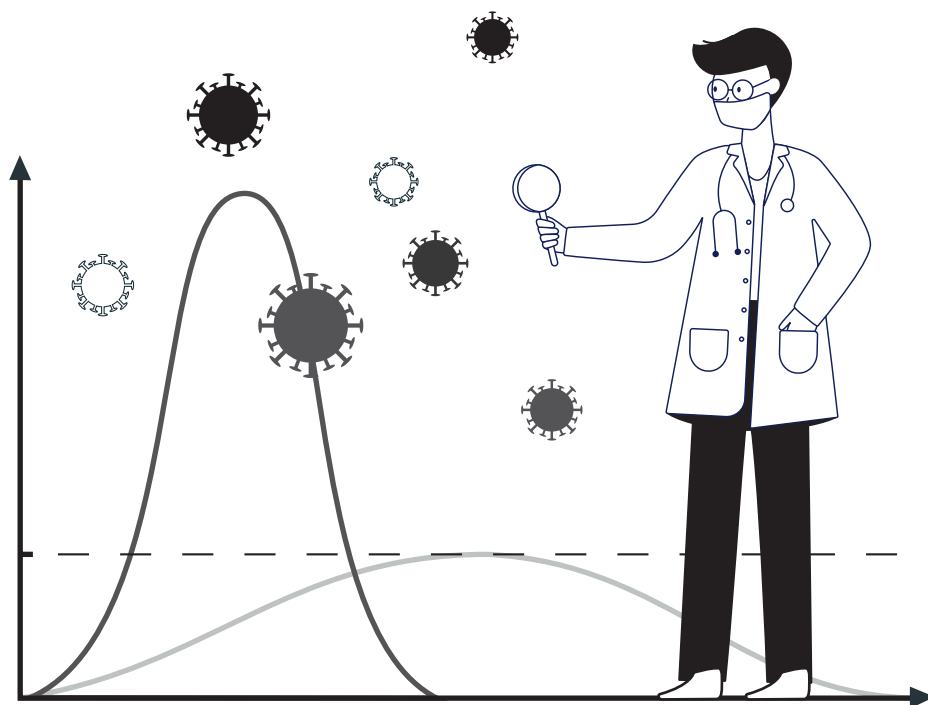
NASCIMENTO, Paulo Meyer; RAMOS, Daniela Lima; MELO, Adriana Almeida Sales de; CASTIONI, Remi. Acesso domiciliar à internet e ensino remoto durante a pandemia. IPEA - Diretoria de estudos e políticas sociais (DISOC). Agosto de 2020.

PEREIRA, Rafael H. M.; WARWAR, Lucas; PARGA, João; BAZZO, João; BRAGA, Carlos Kauê; HERSZENHUT, Daniel; SARAIVA, Marcus. Tendências e desigualdades da mobilidade urbana no Brasil I: o uso do transporte coletivo e individual. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro. Julho de 2021.

QUADROS, Waldir. Impactos da pandemia na estrutura social. Unicamp/ Instituto de Economia, 2023.

CAPITULO 4

Os impactos pós pandêmicos nas comunidades de Coronel Leônico e Souza Soares (Niterói-RJ)



Luiz Carlos de Souza ²⁴

Bruna Silva do Nascimento ²⁵

Giovana Acioli Ferreira dos Santos ²⁶

Guilherme Gomes de Souza ²⁷

Roberta Matos Gomes ²⁸



INTRODUÇÃO

Mais de três anos e três meses se passaram entre a declaração do surto pandêmico da COVID-19, em 30 de janeiro de 2020, pela Organização Mundial de Saúde (OMS), e o anúncio do fim deste flagelo mundial no dia 05 de maio de 2023. Os membros da OMS destacaram “a tendência de queda nas mortes por COVID-19, o declínio nas hospitalizações e internações em unidades de terapia intensiva [...] bem como os altos níveis de imunidade da população ao SARS-CoV-2, coronavírus causador dessa enfermidade.” Ainda de acordo com a OMS, a doença não deixou de ser definida como pandêmica, mas sim, passa a demandar dos governos políticas públicas de manejo e, não mais, de emergência.

A mitigação dos impactos da COVID-19 no mundo ainda está sendo implementada por meio de estratégias de prevenção e de vacinação em massa. Os estados, ao garantirem a imunização e, por conseguinte, a diminuição dos gastos em saúde intensiva podem verter recursos não só para o aumento das iniciativas de promoção e cuidado à saúde, mas também para o acesso às políticas públicas reparadoras.

24 Professor do Depto de Fundamentos da Educação da UNIRIO.

25 Professora da Escola de Biblioteconomia da UNIRIO.

26 Graduanda em Administração Pública pela UNIRIO.

27 Graduando em Administração Pública pela UNIRIO.

28 Graduanda em Administração Pública pela UNIRIO.

A PESQUISA SOBRE OS IMPACTOS DA COVID-19 NAS COMUNIDADES DE NITERÓI



Os números que caracterizaram esses mais de três anos são muitos e diversos, pois a depender do recorte social aplicado, podemos ter indicadores diferenciados mesmo em se tratando de variável semelhante. Na presente pesquisa, esta inferência se mostra verdadeira quando analisamos que a percepção sobre o acesso às políticas e aos serviços públicos é diferente entre indivíduos que se identificaram como gênero masculino, ou como pertencentes ao gênero feminino.

A fim de contextualizar o leitor sobre a variável gênero, as opções de resposta foram distribuídas entre: masculino, feminino, transgênero e outros. De um total de 601 respondentes, 48,77% (286) se identificou como gênero masculino e 51,23% (315) como pertencente ao gênero feminino. É importante ressaltar que nenhum dos respondentes se identificou como pessoa transgênera, ou ainda, com alguma das outras designações apresentadas como opção de resposta. No entanto, quando a análise recaiu sobre o acesso às políticas públicas de assistência social e ao acesso aos serviços públicos, como por exemplo, coleta de lixo, sistema de saúde, policiamento e estudos, homens e mulheres, das duas comunidades observadas, apresentaram olhares distintos para esses recortes.

De acordo com o relatório Gender and Health Analysis: COVID-19 in the Americas, “a desigualdade de gênero é uma crise social, econômica, política e de saúde em curso, que foi exacerbada pela pandemia²⁹”. Ainda de acordo com o relatório, as mulheres que atuaram na linha de frente da pandemia acumularam a maior parte das tarefas domésticas ampliadas e diversificadas durante o período pandêmico. Com o lockdown, muitas mulheres se viram mais protegidas do vírus, mas extremamente expostas à violência doméstica (aumento de 40% de casos de violência em alguns países durante esses períodos)³⁰. Outro dado importante, mencionado pelo

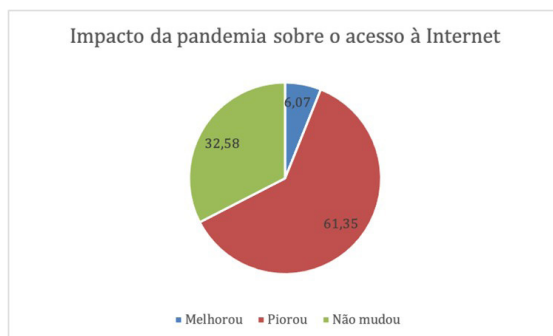
29 Informação disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/55432>. Acesso em: 30 maio 2023.

30 No Rio de Janeiro o Instituto de Segurança Pública (ISP) construiu uma ferramenta para monitorar os casos de violência doméstica e familiar durante a pandemia. Informação disponível em: <https://www.ispvisualizacao.rj.gov.br/monitor/>. Acesso em: 29 maio 2023.

relatório, é de que “uma em cada quatro adolescentes não teve acesso a serviços de planejamento familiar, o que as deixou expostas à gravidez indesejada, riscos à saúde e evasão escolar, entre outros.”

Buscando correlacionar o referido relatório à pesquisa realizada nas comunidades de Sousa Soares e Coronel Leôncio, de acordo com os dados coletados, encontramos que a grande maioria não teve acesso às aulas online durante a pandemia, aproximadamente 62,6% não tiveram aulas de nenhuma forma, cerca de 25% tiveram aulas e 12,4% não sabem informar. O motivo principal para o afastamento dos estudos durante o período pandêmico foi a falta de computador ou celular (61,1%) e um percentual preocupante de 13,6% desistiram dos estudos, reforçando que os flagelos da pandemia da COVID-19 não estão restritos às perdas de vidas, mas também resultaram no aumento da violência doméstica, da evasão escolar e miserabilidade.

Gráfico 1 – Impacto da pandemia sobre o acesso à Internet



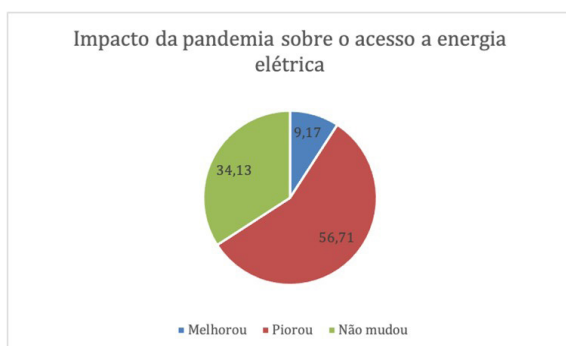
Fonte: dados da pesquisa (2023)

Quando observamos o percentual de 61,35% de respondentes que mencionaram uma piora na qualidade do acesso à internet (gráfico 1) temos um componente a mais para analisar a evasão escolar identificada nas duas comunidades. Principalmente, durante o primeiro ano da pandemia, as escolas e universidades tiveram como saída para a retenção e atraso no desenvolvimento das atividades de ensino a criação do estudo remoto. Essa modalidade emerge do contexto pandêmico e guarda pouca semelhança com o Estudo a Distância (EAD), este último reconhecido como método de

ensino no mundo. Uma das poucas proximidades está exatamente no uso da internet e dos dispositivos tecnológicos como lócus do aprendizado.

Necessidade precípua para utilização das plataformas digitais de ensino e, por conseguinte, do ensino empregado durante a pandemia, a energia elétrica foi outro fator dificultante para as comunidades analisadas, pois para 56,71% dos respondentes o acesso piorou com a pandemia da COVID-19, conforme se pode observar no gráfico 2.

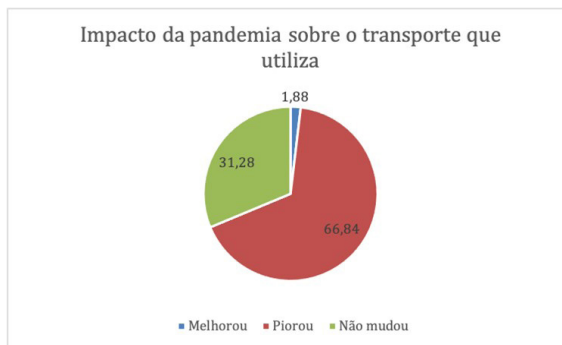
Gráfico 2 – Impacto da pandemia sobre o acesso à energia elétrica



Fonte: dados da pesquisa (2023)

É importante salientar, que nas comunidades estudadas, mais da metade das pessoas (54,4%) não concordaram com a volta das aulas presenciais à época da pandemia, apesar de terem sofrido com grandes dificuldades para continuarem os seus estudos durante esse período. Dentre as justificativas, podemos elencar o medo do contágio com o aumento da circulação em ambientes como o transporte público e a própria sala de aula (não raro, sem a ventilação e higienização adequados). O gráfico 3 ilustra estas percepções.

Gráfico 3 – impacto da pandemia sobre a utilização dos meios de transporte



Fonte: dados da pesquisa (2023)

Com o aumento das taxas de imunização e, por conseguinte, a queda no número de internações e óbitos, a primeira medida de flexibilização no país deu conta da retomada das aulas presenciais e, para as duas comunidades pesquisadas, o acesso ao transporte público piorou bastante (66,84%). O estado do Rio de Janeiro tomou algumas providências, durante o período mais difícil da COVID-19, como a restrição da circulação dos ônibus Intermunicipais/Metropolitanos³¹ ou ainda durante o lockdown com a suspensão do transporte público intermunicipal³². Ampliando nossa análise sobre a questão do transporte público para além do acesso à escola, durante a pandemia, muitas linhas foram extintas ou tiveram sua frequência alterada, fato que pode ter contribuído para o alto percentual de sentimento de piora no acesso. Mesmo após o fim oficial da pandemia no mundo, muitas destas linhas que atendiam às comunidades ainda não foram retomadas e como resultado precarizam ainda mais o deslocamento casa, escola, trabalho dos indivíduos.

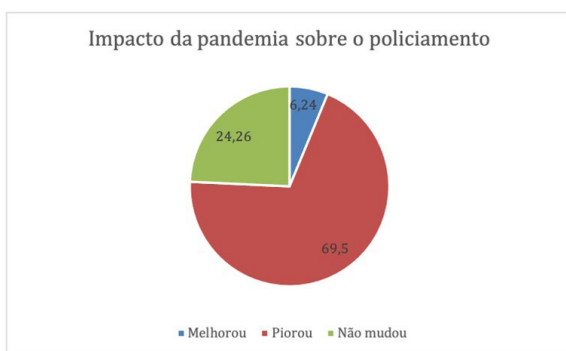
Quando a questão foi sobre o policiamento, fator inegável para o desenvolvimento da sensação de segurança entre a população, quase 70% dos respondentes indicaram que perceberam uma piora no patrulhamento das comunidades (gráfico 4). Em contrapartida, diversos estudos indicaram que houve um declínio nas taxas de roubos e furtos a transeuntes – causa

31 Portaria Detro/Pres Nº 1.523 de 06 de abril de 2020 Rio de Janeiro Resolução Conjunta SEDEERI/SETRANS Nº 11 De 07 De Abril De 2020

32 Decreto Nº 47.052 de 29 de abril de 2020

facilmente explicável pela redução de pessoas circulando nas ruas – e queda no número de mortes por intervenção de agentes do Estado, justificada pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de proibir incursão (operações policiais) nas comunidades³³. Por certo, aqui não pretendemos esgotar as possibilidades de análise sobre o motivo da ampla maioria dos respondentes terem indicado uma piora no policiamento, mas sim, buscou-se evidenciar alguns fatores que – possivelmente – contribuíram para uma diminuição do policiamento nas ruas durante o período pandêmico.

Gráfico 4 – Impacto da pandemia sobre serviço de policiamento público



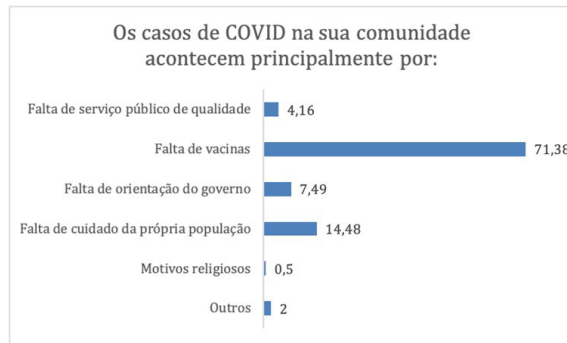
Fonte: dados da pesquisa (2023)

Se a sensação de insegurança dos membros das comunidades aumentou no pós-COVID, a ideia de que os casos de contaminação ocorreriam em função da falta de vacinas surpreende, pois não estabelece correlação com a realidade operacional disponibilizada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no país. Especificamente, em Niterói, o que se vê divulgada é a ampla divulgação da vacina bivalente e a chegada nas mais diferentes comunidades da cidade³⁴. Uma interpretação possível, mas que alicerçada somente a partir do questionário acaba sendo insuficiente, é de que os respondentes consideraram que os casos mais recentes têm relação com um percentual de indivíduos ainda não vacinados. O gráfico 5 expressa a percepção dos respondentes acerca das razões da proliferação da doença.

33 Em 5 de junho de 2020, o STF realizou o julgamento em caráter liminar da Arguição de Descumprimento de Preceito Legal 635, decidindo, dentre outras providências, a suspensão de realização de operações policiais em comunidades durante a pandemia de covid-19, salvo hipóteses excepcionais.

34 Informação disponível em: <http://www.niteroi.rj.gov.br/2023/02/27/covid-19-niteroi-comeca-aplicacao-de-vacina-bivalente/>. Acesso em: 30 maio 2023.

Gráfico 5 – Percepção sobre as causas da proliferação da COVID



Fonte: dados da pesquisa (2023)

Em busca de uma melhor contextualização dessa variável considerou-se adequado indagar sobre os possíveis trabalhos de prevenção desenvolvidos nas comunidades e a para 54,1% dos moradores se existem iniciativas como essa, eles desconhecem. Indubitavelmente, criar programas que estimulem o autocuidado e a prevenção de doenças (seja a COVID-19, ou outra qualquer) deve ser uma função primeira do Estado que busca algum tipo de investimento em instrução de seus cidadãos e diminuição de gastos com medicina de alta complexidade. Sim, pois a prevenção custa menos aos cofres públicos do que longos e dispendiosos (no sentido financeiro para a administração e no emocional para o paciente) tratamentos.

Em estudo promovido pelo pesquisador Marco Antônio Vargas, da Universidade Federal Fluminense (UFF), em 2021, o gasto de aproximadamente 290 milhões de reais pelos SUS destinaram-se ao tratamento de doenças crônicas correlacionadas à falta de exercícios físicos. Infelizmente, o Brasil tem quase o dobro do percentual (47%) de sedentários observados no mundo (27,5%). Ainda de acordo com os estudos de Vargas (2021), inicialmente trabalhando com Pessoas Com Deficiência (PCD) foram investidos 2,5 milhões de reais para a edição do Guia de Atividades Físicas para a População Brasileira (2021) similar ao Guia Alimentar para a População Brasileira (2006), que operou mudanças na forma de implementação de políticas públicas voltadas ao combate à insegurança alimentar, o Guia de Atividades Físicas compila a expectativa do Ministério da Saúde em disseminar programas que desenvolvam atividades físicas visando o bem estar da população brasileira e a otimização dos recursos financeiros.

É incontestável que a COVID-19 deixou uma série de sequelas físicas e, sobretudo emocionais na população mundial e nas duas comunidades analisadas isso não foi diferente, pois 65,3% dos indivíduos mencionaram conhecer alguém que ainda sofre com as sequelas da doença. Nesse sentido, quando se fala em prevenção, em investimento em atividades esportivas e em instrução nutricional, o que se busca é alicerçar uma sociedade menos excludente e, por conseguinte, mais igualitária.

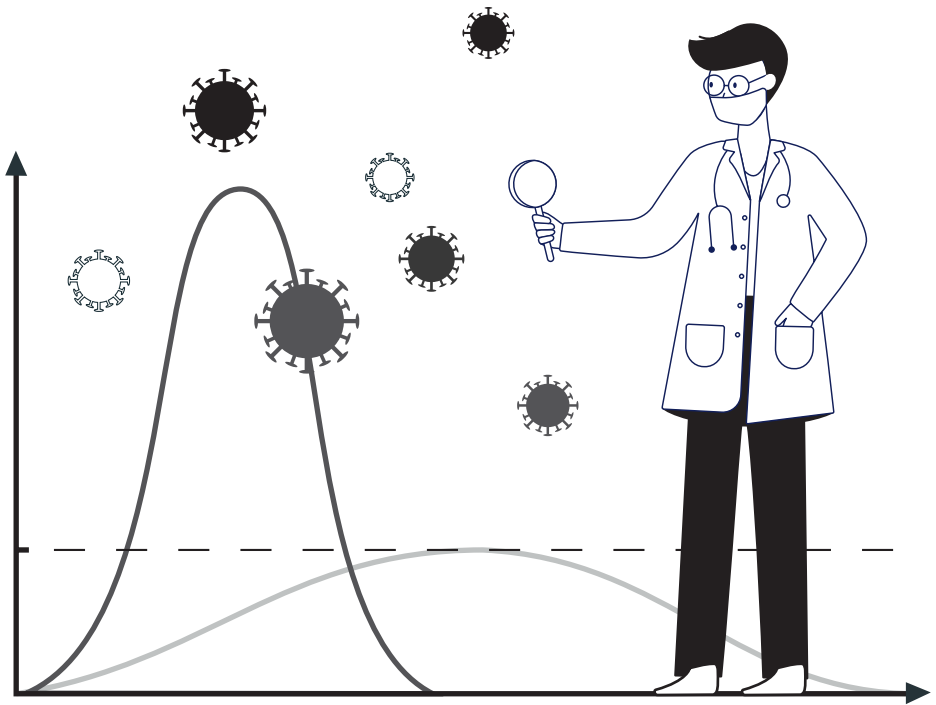
CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estímulo à produção científica em torno da temática da COVID-19 continua sendo o melhor antídoto para a desinformação e para a prevenção. Ao buscar entender o contexto pós-pandêmico, de duas comunidades da cidade de Niterói, a saber: Coronel Leôncio e Souza Soares, a pesquisa evidencia sua preocupação com o desenvolvimento de políticas públicas adequadas a determinada população.

Expandir as possibilidades de melhoria social, incluindo aspectos como a saúde física dos indivíduos, ou ainda, estratégias de combate à insegurança alimentar, podem resultar na melhor aplicação do dinheiro público. Os indicadores quantitativos e suas análises qualitativas serviram para nortear o panorama das comunidades foco da presente pesquisa. Através deste retrato foi dada voz a pessoas reiteradas vezes excluídas de todos processos políticos, das tomadas de decisão e, sobretudo, dos pequenos nichos, nos quais a riqueza se acumula preservando em um círculo vicioso a desigualdade no Brasil. Estudos como o aqui empreendido buscam alterar a percepção da imensa maioria dos brasileiros e das brasileiras que se veem invisíveis perante o poder público.



APÊNDICE





1 - Questionário Diagnóstico

1.1 Qual o seu gênero?

- Feminino
- Masculino
- Transgênero
- Outro

Qual a sua faixa etária?

- 18 a 24 anos
- 25 a 29 anos
- 30 a 39 anos
- 40 a 49 anos
- 50 a 59 anos
- 60 a 89 anos
- 90 anos ou mais

Você se considera:

- Branco
- Pardo
- Preto
- Amarelo
- Indígena
- Outros
- Não respondeu

Qual a sua escolaridade?

- Nunca estudei
- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo
- Pós-graduação

Quantas pessoas moram na sua casa?

- uma
- duas
- três
- quatro
- mais de quatro

1.6 Sua casa possui água encanada?

- Sim
- Não

1.7 Sua casa possui rede de esgoto?

- Sim
- Não

1.8 Sua casa possui energia elétrica?

- Sim
- Não

1.9 Sua rua tem coleta de lixo?

- Sim
- Não

1.10 Possui acesso à Internet em casa?

- Sim
- Não

1.11 Possui membro da família que recebe algum desses benefícios?

- Auxílio Emergencial Federal
- Auxílio Emergencial Estadual (SUPERA RIO)

1.12 () Bolsa Família (Auxílio Brasil)

- Benefício de Prestação Continuada, BPC Idoso
- Benefício de Prestação Continuada, BPC Pessoa Com Deficiência
- Não possui

1.13 Com a pandemia, você considera que em sua comunidade o acesso a água encanada:

- Melhorou
- Piorou
- Não mudou

1.14 Com a pandemia, você considera que em sua comunidade o acesso a energia elétrica:

- Melhorou
- Piorou
- Não mudou

1.15 Com a pandemia, você considera que em sua comunidade o acesso à Internet:

- Melhorou
- Piorou
- Não mudou

1.16 Com a pandemia, você considera que em sua comunidade o serviço de coleta de lixo:

- Melhorou
- Piorou
- Não mudou

1.17 Com a pandemia, você considera que em sua comunidade o transportes

- Melhorou
- Piorou
- Não mudou

1.18 Com a pandemia, você considera que em sua comunidade o acesso a alimentos e demais produtos:

- Melhorou
- Piorou
- Não mudou

1.19 Com a pandemia, você considera que em sua comunidade o acesso a medicamentos:

- Melhorou
- Piorou

Não mudou

1.20 Com a pandemia, você considera que em sua comunidade o acesso aos serviços de saúde:

Melhorou

Piorou

Não mudou

1.21 Com a pandemia, você considera que em sua comunidade o acesso a serviços de assistência social:

Melhorou

Piorou

Não mudou

1.22 Com a pandemia, você considera que em sua comunidade o acesso ao lazer: Melhorou

Piorou

Não mudou

1.23 Com a pandemia, você considera que em sua comunidade o acesso aos estudos:

Melhorou

Piorou

Não mudou

1.24 Com a pandemia, você considera que em sua comunidade o policiamento em sua comunidade:

Melhorou

Piorou

Não mudou

1.25 Com a pandemia, você considera que em sua comunidade sua renda mensal:

Melhorou

Piorou

Não mudou

1.26 Alguém da sua família teve aulas online durante a pandemia?

- Sim
- Não
- Não sei

1.27 Caso não, qual motivo?

- Não possui internet/Internet ruim
- Falta de computador/celular
- Desistiu da escola
- Não há estudantes na família

1.28 Você concordou com a retomada das aulas presenciais?

- Sim
- Não
- Não sei

1.29 Como você avalia os serviços do CRAS, Centro de Referência de Assistência Social durante a pandemia?

- Pioraram
- Melhoraram
- Não mudaram
- Não sei responder

1.30 Como você avalia os serviços do CREAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social durante a pandemia?

- Pioraram
- Melhoraram
- Não mudaram
- Não sei responder

1.31 Como você avalia a atuação do governo municipal no enfrentamento da Pandemia em relação à sua comunidade aos seguintes aspectos: Divulgação de informações sobre como se prevenir da doença.

- Muito ruim
- Ruim

- Nem boa nem ruim
- Boa
- Muito boa

1.32 Como você avalia a atuação do governo municipal no enfrentamento da Pandemia em relação à sua comunidade aos seguintes aspectos: Disponibilização de materiais de higiene e proteção (álcool, máscaras etc.).

- Muito ruim
- Ruim
- Nem boa nem ruim
- Boa
- Muito boa

1.33 Como você avalia a atuação do governo municipal no enfrentamento da Pandemia em relação à sua comunidade aos seguintes aspectos: Apoio financeiro às famílias de baixa renda durante a pandemia.

- Muito ruim
- Ruim
- Nem boa nem ruim
- Boa
- Muito boa

1.34 Como você avalia a atuação do governo municipal no enfrentamento da Pandemia em relação à sua comunidade aos seguintes aspectos: Oferta de serviços públicos de saúde.

- Muito ruim
- Ruim
- Nem boa nem ruim
- Boa
- Muito boa

1.35 Como você avalia a atuação do governo municipal no enfrentamento da Pandemia em relação à sua comunidade aos seguintes aspectos: Oferta de serviços de segurança (policiaimento).

- Muito ruim
- Ruim
- Nem boa nem ruim
- Boa

Muito boa

1.36 Como você avalia a atuação do governo municipal no enfrentamento da Pandemia em relação à sua comunidade aos seguintes aspectos: Criação de estratégias para a manutenção das atividades escolares.

Muito ruim

Ruim

Nem boa nem ruim

Boa

Muito boa

1.37 Você acha que a vida financeira da sua família:

Melhorou com a pandemia

Está a mesma de antes da pandemia

Piorou com a pandemia

1.38 Quantas pessoas da sua casa estavam com trabalho remunerado ANTES DA PANDEMIA?

nenhuma

uma

duas

três

quatro

mais de 4

1.39 Quantas pessoas da sua casa estão HOJE com trabalho remunerado?

nenhuma

uma

duas

três

quatro

mais de 4

1.40 Atualmente, a principal fonte de renda da sua família vem de que tipo de vínculo de trabalho?

Assalariado com carteira assinada

Autônomo/informal

Contrato por tempo determinado

() Outro

1.41 Você diria que os casos de COVID na sua comunidade acontecem principalmente por:

() falta de serviço público de saúde de qualidade

() falta de vacinas

() falta de orientação do governo

() falta de cuidado da própria população

() Motivos religiosos

() Outros

1.42 Você ou algum membro da família teve COVID-19?

() Sim

() Não

1.43 Do grupo de familiares e conhecidos alguém ficou com problemas de saúde depois de ter COVID-19?

() Sim

() Não

1.44 Alguém da sua família faleceu por COVID-19?

() Ninguém faleceu

() Uma pessoa

() Duas pessoas () Três pessoas

() Quatro pessoas ou mais

1.45 Na sua comunidade acontece trabalho de prevenção à COVID-19?

() Sim

() Não

() Não sei

1.46 Caso sim, por quem?

() Agente comunitário, Posto de Saúde

() Lideranças e ONGs da Comunidade

() Lideranças e ONGs de fora da Comunidade

() Igrejas

2 - Pesquisa de Satisfação

2.1 Considera essa pesquisa importante, principalmente nesse período pandêmico?

() Sim

() Não

2.2 Acredita que a pesquisa sobre os impactos de COVID 19 na sua comunidade pode servir para alertar os ÓRGÃOS Públicos para gerar mudanças nos serviços à população?

() Sim

() Não

2.3 O que achou da pesquisa em sua comunidade:

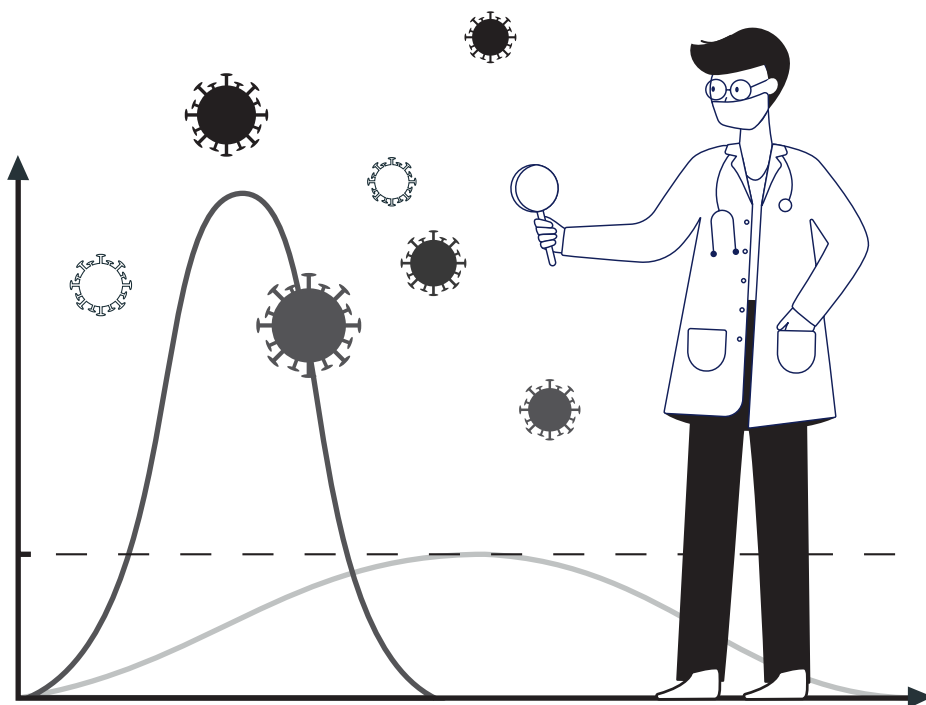
() Ótimo

() Bom

() Ruim



SOBRE OS AUTORES

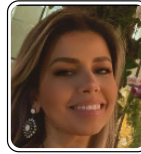






**Prof. Dr. Luiz
Carlos de
Souza**

Licenciado em História (2001) e Mestre em Educação (2006) pela Universidade Federal de Minas Gerais. Possui Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2016). Foi integrante do LAED de 2012 a 2016. Atualmente é professor adjunto do Departamento de Fundamentos da Educação na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e pesquisador nas áreas de avaliação de programas e políticas educacionais, ensino médio, gestão e planejamento educacional.



**Profa. Dra.
Bruna S. do
Nascimento**

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e professora Adjunta III na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2008) e mestrado em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia (2011). Tem experiência nas áreas de Estudos Métricos da Informação, indicadores em ciência e tecnologia e Estudos Sociológicos de Pierre Bourdieu.



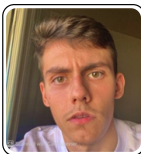
**Roberta Matos
Gomes**

Graduanda de administração pública na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e assessora de recursos humanos no projeto de extensão da faculdade, Enactus UNIRIO.



**Giovana Acioli
Ferreira dos
Santos**

Graduanda em Administração Pública pela UNIRIO, Formada em Inglês pelo CNA, certificada pela Mirago com experiência em Marketing Digital inicial, Certificada pela INSPER por Administração financeira.



**Guilherme
Gomes de
Souza**

Graduando em Administração Pública, pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

<http://lattes.cnpq.br/4948483632843747>

